

Ana Maria Eva Miguéis

Atitudes e perceções dos autores depositantes do repositório científico da Universidade de Coimbra

Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, na área de especialização em Ciência de Informação, orientada pela Prof. Doutora Maria Manuel Borges e coorientada pelo Doutor António Tavares Lopes, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Atitudes e perceções dos autores depositantes do repositório científico da Universidade de Coimbra

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	ATITUDES E PERCEÇÕES DOS AUTORES DEPOSITANTES DO REPOSITÓRIO CIENTÍFICO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Autor	Ana Maria Eva Miguéis
Orientador	Professora Doutora Maria Manuel Borges
Coorientador	Doutor António Tavares Lopes
Júri	Presidente: Professora Doutora Maria da Graça Simões
Identificação do Curso	Vogal: Professora Doutora Cristina Vieira de Freitas
Área científica	2º Ciclo em Informação, Comunicação e Novos Media
Data da defesa	Ciência de Informação
Classificação	25-10-2012
	19 valores

Fotografia da capa: RIBEIRO, João Armando. Edifício da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. 2005



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agradecimentos

Finalizada esta etapa tão importante no meu desenvolvimento pessoal e profissional, não poderia deixar de agradecer a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

À Professora Doutora Maria Manuel Borges, o meu maior agradecimento por todo o apoio e disponibilidade, pelas sábias e preciosas orientações, reparos e sugestões.

Ao Dr. António Tavares Lopes, pelo apoio e confiança demonstrada, e pelas oportunidades que me proporcionou para aperfeiçoar o trabalho realizado.

Ao Professor Doutor Amílcar Falcão, Vice-reitor para a Investigação, e à Professora Doutora Cláudia Cavadas, Diretora do Instituto de Investigação Interdisciplinar, pela pronta disponibilidade que proporcionaram para o envio do questionário aos docentes e investigadores da UC.

Ao meu Diretor, Prof. Doutor José Augusto Bernardes, pelas palavras de incentivo constante. Aos colegas próximos, Ana Luísa Silva, Bruno Neves e Álvaro Trindade, com quem partilho o quotidiano profissional, pela discussão, pela procura de soluções, pelas ideias trocadas. Ao Bruno, um agradecimento especial pela ajuda preciosa que prestou.

À minha amiga Graça Simões, pelo exemplo do seu percurso profissional e académico, pela inspiração e o entusiasmo partilhado.

À minha família, em especial à Madalena, Inês e Paulo, por suportarem as minhas ausências ao longo deste período, e por estarem presentes na minha vida.

A todos os meus amigos que sempre me encorajaram a seguir este caminho.

Resumo

O avanço das Tecnologia de Informação e Comunicação, em particular as mudanças que ocorreram com o aparecimento da Internet e da World Wide Web, criaram novas condições para a disseminação do conhecimento científico, permitiram ultrapassar muitas das limitações do modelo tradicional de publicação de artigos e proporcionaram a todos os cientistas a possibilidade de aceder, partilhar e usar os resultados da investigação científica através do acesso aberto.

Os repositórios institucionais, que surgiram como uma forma de reação às barreiras existentes ao acesso e à divulgação da investigação produzida, representam um importante meio para o aumento da visibilidade, acesso, utilização e impacto dos resultados da investigação. Revelam-se, também, como um contributo para a melhoria e eficiência da monitorização, avaliação e gestão da actividade científica no seio das instituições do ensino superior, possibilitando novos modelos de investigação e contribuindo para a afirmação identitária das instituições.

O presente trabalho teve como objectivo abordar as atitudes e percepções da comunidade científica da Universidade de Coimbra relativamente ao *Estudo Geral*, o seu repositório institucional, procurando demonstrar a importância dos autores, enquanto intervenientes no processo de desenvolvimento e consolidação desse repositório, criado para preservar e divulgar, de uma forma sistemática, a produção académica e científica da Universidade de Coimbra, no âmbito do Movimento do Acesso Aberto à Literatura Científica.

Para a realização deste estudo foi criado um questionário, sob a forma de inquérito, que permitiu realizar um levantamento compreensivo da opinião e das atitudes que os autores depositantes têm relativamente ao seu repositório. Com a aplicação desse inquérito identificaram-se benefícios e oportunidades de promoção da utilização do Estudo Geral, ao mesmo tempo que se reconheceram barreiras e constrangimentos que evitam uma utilização mais eficiente.

Concluiu-se que o Estudo Geral ainda não ganhou visibilidade suficiente no seio da comunidade universitária, sendo necessário definir um conjunto de estratégias que impliquem um maior envolvimento dos docentes e investigadores, potenciais depositantes do Estudo Geral, e que passam por uma divulgação acrescida das vantagens que decorrem da prática do autodepósito e do papel desempenhado pelos repositórios institucionais enquanto instrumentos relevantes para a promoção do impacto da produção científica dos autores e das instituições.

Palavras chave

Comunicação científica; Acesso aberto; Repositórios institucionais; Estudo Geral; Autodepósito; Autores depositantes; Inquérito; Percepções e atitudes

Abstract

With the advent of the Internet and World Wide Web, new conditions and opportunities have emerged for the dissemination of scientific knowledge. A set of new possibilities allowed to overcome many of the limitations of the traditional model of scientific publication and ensured that scientists can much more easily access, share and use the results of scientific research through open access.

Institutional repositories, which appeared as a reaction to the existing barriers to research results access and promotion, represent an important means to increase the visibility, access, use and impact of research results. They also contribute to the improvement and efficiency of monitoring, assessment and management of scientific activities within universities, enabling new models of research and contributing to the assertion of the institutional identity.

Our aim is to acquire an in-depth understanding of scientific community motivations and expectations from the institutional repository of University of Coimbra, Estudo Geral, while demonstrating the importance of the author's role in the process of development and consolidation of this repository, created to preserve and disseminate the scientific production, under the Open Access Movement of the Scientific Literature.

Authors were asked to complete an online questionnaire about their perceptions, expectations and requirements. The analysis of the survey results helped us to identify benefits and opportunities for the promotion of the repository usage, as well actual barriers and constraints that hinder its wider dissemination and relevance.

We concluded that Estudo Geral has not yet gained sufficient visibility among the academic community and so there is a need to design strategies that may lead to a better participation of scientists, by promoting self-archiving and the advantages of institutional repositories as instrumentals for greater impact of research.

Key words

Scientific knowledge; Open access; Institutional repositories; Estudo Geral; Self-archiving; Author's role; Questionnaire; Scientific community motivations and expectations

Sumário

Agradecimentos.....	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
Sumário	iv
Introdução.....	1
1. A Comunicação Científica	5
1.1 O contexto tecnológico	5
1.2 A Comunicação científica e o ambiente digital	7
2.O Movimento do Acesso Aberto.....	13
2.1 Os princípios do acesso aberto ao conhecimento científico	13
2.2 Os desafios e riscos do Acesso Aberto.....	17
2.3 O Movimento do Acesso Aberto em Portugal	19
3.Os repositórios institucionais.....	21
3.1 Conceito e representação dos repositórios institucionais	21
3.2 As políticas institucionais de publicação e acesso à informação científica	25
3.3 Os repositórios institucionais em Portugal	28
4. Estudo Geral: repositório digital da Universidade de Coimbra	32
4.1 Enquadramento	32
4.2 Estrutura e desenvolvimento.....	33
5. Metodologia	37
5.1 Objetivos.....	37
5.2 Instrumento de recolha de dados	39
5.2.1 Identificação da população.....	39
5.2.2 Estrutura do questionário	41
5.2.3 Recolha de dados.....	44
6. Dados do questionário e análise dos resultados	46
6.1 Dados do questionário.....	46
6.2 Caracterização dos inquiridos.....	46
6.3 Atitudes sobre o depósito de documentos no Estudo Geral	53
6.4 Atitudes sobre o acesso e utilização da informação no Estudo Geral.....	58
6.5 Questões abertas e comentários finais	64
Conclusão.....	65
Referências bibliográficas	69
Siglas e abreviaturas	74
Índice de figuras	75
Índice de tabelas	76
ANEXOS.....	
ANEXO A – Inquérito aos autores depositantes do Estudo Geral.....	
ANEXO B - Resultados: Questões abertas.....	

Introdução

As novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), em particular o aparecimento da Internet e da World Wide Web (WWW), trouxeram mudanças no modo de publicar a informação. A utilização do suporte digital acelerou o fluxo da comunicação e, com a escala mundial da Internet e da WWW, deu origem à revolução digital. Alguns autores afirmam que se vive “*a primeira transformação da técnica de produção e reprodução de textos e essa mudança na forma e no suporte influencia o próprio hábito de ler*” (Chartier, 2007). Contrariamente aos que previam o fim da leitura e dos livros por causa dos computadores, Chartier defende que a Internet é uma poderosa aliada na manutenção da cultura escrita porque, além de auxiliar na aprendizagem, faz circular os textos de forma acelerada, aberta e universal, criando um novo tipo de obra literária ou histórica. Refere, ainda, que “*dispomos, hoje, de três formas de produção, transcrição e transmissão de texto: à mão, impressa e electrónica – e elas coexistem*”.

A Internet – ela própria um produto da comunidade académica – converteu-se num instrumento fundamental para a investigação nas universidades, revolucionando o ensino e o acesso à informação em todo o mundo. O conteúdo das bibliotecas universitárias representa, hoje, apenas uma pequena parte da informação que está acessível aos estudantes, investigadores e docentes, complementada com o acesso eletrónico a fontes de informação digital, como os periódicos e as bases de dados, sendo a sua intermediação realizada pelas bibliotecas.

Estas mudanças profundas expandiram-se por todos os setores da sociedade, permitindo o intercâmbio das ideias e a partilha do conhecimento, acelerando a inovação e a criação de novos produtos (Riley citado por Barnes et al., 2012), num ambiente de partilha que se caracteriza por um percurso pouco linear e com contradições.

Nas últimas décadas do século XX, o crescimento acentuado da literatura científica foi acompanhado por uma crescente comercialização das publicações por parte das editoras científicas¹, que levou à perda progressiva do controlo do sistema de comunicação da ciência por parte dos cientistas e académicos (Rodrigues, 2004,

¹ O que se pretende referir é que houve aumento de fusão entre editoras, o que levou à concentração da edição de muitas publicações científicas nas mãos de cada vez menos editoras comerciais.

26; Chan, 2004, 279). Assim, a divulgação de resultados de investigação para promover o avanço da ciência, que representa a essência das publicações científicas, foi dominada por objectivos comerciais de lucro e rentabilidade das grandes editoras.

A partilha do conhecimento e dos resultados da investigação é um requisito fundamental para o progresso da ciência e do desenvolvimento humano e é um princípio elementar nas Universidades. O acesso aberto ao âmago da investigação - a tese de doutoramento - pode acelerar esta partilha, transformando-a num desenvolvimento lógico e inevitável (Barnes et al., 2012, 6) e, nesse sentido, algumas instituições de ensino superior têm vindo a dar prioridade às mudanças de políticas e de práticas, desenvolvendo projetos² com o objetivo de permitir o acesso aberto a versões eletrónicas de documentos inovadores, a partir dos seus repositórios científicos institucionais.

A Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI) e o Movimento do Acesso Aberto (OA) trouxeram mudanças ao sistema de comunicação da ciência. A dinâmica da comunicação científica, em todo o seu processo – aquisição, produção, disseminação, utilização – e a forma como os cientistas publicam os resultados da sua investigação e se relacionam com os seus pares, alterou-se e os editores perderam o direito exclusivo de distribuir a produção científica no contexto digital. Os cientistas e académicos puderam retomar o domínio da publicação, recorrendo às possibilidades oferecidas pelas TIC, observando normas de publicação, acelerando o processo da edição e incentivando novas formas de acesso e de divulgação da ciência, com o propósito de aumentar a credibilidade e impacto de citação (Borges e Lopes, 2009).

O Movimento do Acesso Aberto gerou, também, a necessidade de as instituições universitárias criarem os seus próprios repositórios institucionais, com o intuito de preservar e maximizar o impacto da investigação realizada no seu seio, possibilitando novos modelos de investigação e contribuindo para a afirmação identitária das instituições.

É neste contexto que o presente trabalho se coloca, ao pretender abordar as atitudes e perceções da comunidade científica da Universidade de Coimbra

²Ver Barnes, et al. (2012).

relativamente ao *Estudo Geral*, o repositório digital da universidade. O *Estudo Geral* foi criado para preservar e divulgar, de uma forma sistemática, a produção académica e científica da Universidade de Coimbra, no âmbito do Movimento do Acesso Aberto à Literatura Científica e cujos princípios foram formalmente subscritos pela Universidade de Coimbra, em 2007, com a intenção de projetar a sua presença e aumentar a visibilidade da sua produção na rede mundial de informação, em particular a informação científica.

Assumindo um volume de autodepósito pouco significativo (os autores depositantes registados no Estudo Geral representam apenas 4,6% dos autores potenciais que compõem a comunidade científica da UC e o volume registado é de 5,7%)³ colocaram-se as seguintes questões, que orientarão este trabalho.

- Que papéis desempenham os autores, enquanto depositantes e utilizadores, no desenvolvimento do Estudo Geral?
- Que atitudes e que necessidades manifestam os autores relativamente ao Estudo Geral?
- Que estratégias podem ser seguidas que favoreçam e incrementem o autodepósito no Estudo Geral?

Este trabalho justifica-se pelo propósito de demonstrar a importância dos autores, enquanto intervenientes no processo de desenvolvimento e consolidação do *Estudo Geral*, através da criação e aplicação de um instrumento que permita apreender as suas atitudes e perceções.

Conhecer as motivações, as expectativas, os obstáculos e as limitações que norteiam os autores, depositantes e utilizadores do repositório digital da Universidade de Coimbra, permitirá não apenas aperfeiçoar os procedimentos e ajudar a ultrapassar as dificuldades, mas, também, tomar as decisões que permitam ao *Estudo Geral* cumprir a sua missão e o propósito para o qual foi criado.

Para a realização deste estudo foi criado um instrumento de recolha de informação com o objectivo de realizar um levantamento compreensivo da opinião

³ Dados recolhidos pelo Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra (SIBUC), a 12 de Setembro de 2012.

que os autores depositantes têm sobre a utilização do repositório científico da Universidade de Coimbra e estabelecer diferentes perfis de utilização.

Como resultado da aplicação desse inquérito procurou-se atingir os seguintes objetivos:

- Estabelecer diferentes perfis, em função dos comportamentos e das necessidades dos docentes e investigadores da Universidade de Coimbra;
- Identificar e analisar o que representa, para tais perfis, este recurso de informação;
- Identificar os benefícios e as oportunidades que promovam a utilização do Estudo Geral;
- Reconhecer as barreiras e constrangimentos que evitam uma utilização mais eficiente, sugerindo propostas para as ultrapassar.

Na sua estrutura, a presente dissertação está organizada em duas partes: inicialmente faz-se a contextualização teórica das novas formas de comunicar a ciência, a emergência do Movimento do Acesso Aberto, os novos conceitos resultantes deste Movimento, a forma como esta realidade afetou as universidades em Portugal, os modelos existentes para aceder livremente à produção científica, os repositórios institucionais, sua utilização e, em particular, a evolução do repositório da Universidade de Coimbra, o *Estudo Geral*.

A segunda parte, que corresponde ao estudo prático realizado, aborda a metodologia usada, apresenta o modelo que se aplicou e expõe os dados obtidos através da recolha resultante do envio de um questionário, sob a forma de inquérito, aos autores e investigadores da Universidade de Coimbra.

No final, apresentar-se-ão as conclusões deste trabalho e serão indicadas propostas de melhoramento do repositório da Universidade de Coimbra, permitindo um melhor desempenho e maior satisfação por parte dos autores depositantes do *Estudo Geral*.

1. A Comunicação Científica

1.1. O contexto tecnológico

A *Web* nasceu no contexto da comunidade científica e tecnológica, como forma de comunicar e relacionar a ciência o que contribuiu de modo significativo para o fomento do processo de construção social do conhecimento. Possibilitou, assim, uma maior interação entre aqueles que fazem parte do ambiente acadêmico e entre os que não fazem, alterando o processo de avaliação dos conteúdos disponibilizados por esta via.

As aplicações da *Web*, como os *blogs*, listas, fóruns de discussão, representam um novo modelo informacional que deixa de corresponder a um grande centro distribuidor de mensagens, para passar a competir com a lógica sistêmica da conexão de microrredes, contribuindo para a difusão e popularidade da ciência. Para Tim Berners-Lee, o criador da *Web*, a mensagem essencial da sua obra é a de que a *Web* é um espaço de acesso, de partilha e de criação de informação: “I have always imagined the information space as something to which everyone has immediate and intuitive access, and not just to browse, but to create” (2000, 216).

Assim, pode-se afirmar que a *Web* se traduz por um agregado de comunidades e serviços de Internet da segunda geração que concetualizam um conjunto significativo de inovações permitidas por estas tecnologias, e que representam uma forma mais social de ligação, nas quais as pessoas podem contribuir, da mesma forma que podem consumir. A expressão, empregue por Eric Boucher ⁴(2001), “don't hate the media, become the media”, reflete o poder da *Web* em produzir de forma diferenciada e a diferentes níveis, para milhões de utilizadores.

À medida que a Internet, e em particular a WWW catalisa o desenvolvimento de novas abordagens para realizar investigação, colocam-se questões elementares sobre as formas futuras de comunicar a ciência. A investigação é alterada,

⁴ Eric Reed Boucher (nascido a, 17 de junho de 1958), mais conhecido pelo nome artístico de Jello Biafra, é um cantor e compositor de punk rock e ativista político norte americano. Informação disponível em Blogs about: Eric Reed Boucher, na WWW: <http://en.wordpress.com/tag/eric-reed-boucher>. [Consult. 22 Mar. 2012]

constantemente, pelas capacidades de novas tecnologias e a divulgação dos seus resultados pode resolver questões anteriormente impossíveis de analisar, fomentando a eficiência do investimento realizado (Meier zu Verl e Horstmann, 2012, 5).

A colaboração entre cientistas cresce por um conjunto diversificado de razões. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e a redução de custos com os transportes tornam cada vez mais fácil e possibilitam o trabalho conjunto dos investigadores; a escala das questões de investigação e o equipamento exigido para as estudar “obrigam a que o investigador seja móvel e recetivo” (Royal Society citada por Meier zu Verl e Horstmann, 2012).

O ciberespaço e o acesso à rede agregam membros de comunidades reconhecidas e estabelecidas, e membros de comunidades em geral, com interesse pela ciência e curiosos de outros saberes, contribuindo para a disseminação da ciência junto de públicos não específicos. A comunicação através da Internet torna mais fácil a colaboração dos investigadores em todo o mundo assim como a partilha de recursos, muitas vezes realizada sob modelos de acesso aberto. Originalmente, as publicações em acesso aberto referiam-se, predominantemente, a publicações textuais, mas mais recentemente, tópicos como *Open data* ou *Open Science* entraram na discussão⁵.

Deste modo, assiste-se a uma tendência assumida pelos próprios cientistas, que se caracteriza por uma grande transparência em todos os tópicos de metodologia, dados, comunicação e colaboração e que pode ser traduzida na afirmação “science is moving to a collaborative model, because it works better in the current ecosystem, in the Web-connected world⁶” (Zivkovic citado por Bin, 2012).

⁵ O projeto Open Science desenvolve aplicações em *open source* que tornam acessível o software científico e é constituído por um grupo de cientistas, matemáticos e engenheiros, que encoraja o ambiente colaborativo em que a ciência pode ser desenvolvida. As aplicações *open source*, para além de serem gratuitas, baseiam-se em princípios que privilegiam a sua utilização, como sejam: a transparência dos processos (metodologia experimental, observação e recolha de dados); a disponibilização ao público e a reutilização dos dados científicos; a acessibilidade pública e clareza da comunicação científica e, finalmente, a utilização de ferramentas baseadas na *web* que facilitam a colaboração científica. Disponível na WWW: <http://www.openscience.org>. [Consult. 20 Maio 2012].

⁶ Bora Zivkovic é editor chefe e gestor da comunidade da rede de *blogs* da *Scientific American*, cronobiólogo, professor de Biologia, organizador das conferências anuais da ScienceOnline e editor de antologias sobre ciência na Web, do *Open Laboratory*. Disponível na WWW: http://www.nytimes.com/2012/01/17/science/open-science-challenges-journal-tradition-with-web-collaboration.html?pagewanted=all&_moc.semityn.www. [Consult. 10 Fev. 2012].

1.2. A Comunicação científica e o ambiente digital

O avanço das TIC, em particular, as mudanças ocorridas com o aparecimento da Internet, nos finais dos anos 80 do século XX, e da World Wide Web na década seguinte, determinaram novas formas de publicar a literatura científica – passando de um suporte exclusivamente em papel para outros suportes, como o digital – e alteraram o fluxo da sua comunicação (Gomes e Rosa, 2010, 21).

Os resultados da investigação científica são divulgados, em parte significativa, através de artigos publicados em revistas científicas internacionais. Os investigadores que publicam os artigos cedem, gratuitamente, os direitos de autor às grandes editoras, muitas vezes não sentindo um retorno satisfatório dessa cedência. É sabido que a forma de remunerar os investigadores se prende com o prestígio que alcançam e pelo reconhecimento que obtêm junto da comunidade académica, valores que não podem ser medidos em termos financeiros, transformando-os em fornecedores de conteúdos e, ao mesmo tempo, em leitores de ciência. É nesta dupla vertente que se encontra o interesse natural pela difusão, tão alargada quanto possível, dos resultados que obtêm (Sale, 2006, 4).

Qualquer investigador tem o propósito de tornar o seu trabalho acessível a um público alargado, já que ao permitir a leitura, cria as condições necessárias para ser citado (Borges e Lopes, 2009, 465). As novas tecnologias de informação e comunicação permitem, assim, novas formas de acesso e divulgação das ciências e o que se procura é “o aumento da credibilidade e impacto de citação num horizonte sustentável” (Borges e Lopes, 2009, 466).

Numa era digital que cria as condições e oportunidades para a disseminação do conhecimento científico, assiste-se a uma migração da publicação académica para a World Wide Web, que aumenta a partilha ativa deste conhecimento. A difusão, ampliada e rápida, da publicação e de outros mecanismos de comunicação dos resultados da investigação, traz benefícios à comunidade de investigadores e à sociedade em geral e revela-se de grande importância para o futuro da investigação.

A Comissão Europeia defende que a disseminação alargada e o acesso às publicações científicas e aos dados em bruto podem acelerar o progresso científico, permitindo, assim, que a Europa desenvolva as suas competências para a inovação,

possibilitando o crescimento da sua economia e melhorando a sua capacidade para competir a uma escala global (Byford et al, 2009, 6).

A transformação da publicação académica, desde a galáxia de Gutenberg ao ciberespaço, obrigou a uma redefinição de papéis de todos os intervenientes envolvidos no sistema: autores, editores e bibliotecas (Sietmann, 2008, 16).

Houve vários fatores a contribuírem para estas alterações. O movimento dos autores levou à criação de repositórios temáticos, como foi o caso do *Arxiv.org*⁷, que instituiu no meio digital o que era uma prática dos físicos no universo analógico, a troca regular de versões em rascunho dos manuscritos (Borges, 2006, 37). O *Arxiv.org* foi criado em 1991 pelo físico Paul Ginsparg, e alcançou sucesso entre os autores, que voluntariamente depositam o seu trabalho, ainda antes de ser publicado, na forma de *preprints*, e que têm, assim a oportunidade de comunicar ideias e resultados, beneficiando de vantagens que daí possam resultar, como, por exemplo, aferir o valor de uma ideia ou resultado, melhorar o seu trabalho, ganhar reconhecimento ou captar atenção internacional (Armbruster e Romary, 2009, 2).

Por outro lado, o custo elevado das assinaturas de publicações periódicas científicas que motivou, em muitos casos, uma redução significativa no número de publicações assinadas pelas bibliotecas universitárias, pela impossibilidade em manter as suas coleções e em garantir o seu acesso, com prejuízo significativo para os seus utilizadores (Gomes e Rosa, 2010, 21), também provocou uma reação forte por parte da comunidade académica, que ambicionava o acesso aberto aos artigos, sem quaisquer restrições (Björk et al, 2010).

As possibilidades oferecidas pela Web permitiram que várias limitações do modelo tradicional de difusão dos artigos pudessem ser ultrapassadas e que todos os cientistas pudessem aceder, partilhar e usar os resultados da investigação científica através do acesso aberto (Swan, 2007). Assim, a publicação em acesso aberto tornou-se uma parte significativa da comunicação académica, nos últimos anos. Quer os antigos, quer os novos editores encontram novas formas de publicar artigos, revistos pelos pares, e em torná-los acessíveis, sem custos, a todos os leitores, imediatamente após a publicação. Este acesso imediato e alargado pode trazer benefícios óbvios, ao assegurar que os resultados da investigação ficam

⁷ O arxiv.org permite o acesso aberto a mais de 750.000 e-prints das áreas da Física, Matemática, Ciência da Computação, Biologia Quantitativa, Matemática Financeira e Estatística. Disponível na WWW: <http://arxiv.org>. [Consult. 30 Mar. 2012].

disponíveis gratuitamente a todos os que se interessem por eles. No entanto, para permitir alguma mais valia que suporte a sua atividade, muitas publicações em acesso aberto cobram, em substituição do pagamento aos assinantes, um pagamento aos autores, o que transforma o modelo de negócio tradicional de publicação e coloca desafios não apenas aos editores, mas também aos investigadores e às instituições que os empregam, porque se torna necessário encontrar novas formas de financiamento das publicações para reduzir custos com a maioria das publicações que ainda operam segundo um modelo tradicional de subscrição (Byford et al., 2009, 8).

Atualmente existem dois modelos de publicação que cumprem com os desígnios do acesso aberto. O primeiro, designado por “via verde”, é o que permite aos investigadores depositar, num repositório institucional ou num repositório temático, uma cópia do seu trabalho publicado numa revista tradicional que requer uma assinatura por parte dos leitores. O repositório⁸ permite disponibilizar uma cópia, quer imediatamente, quer após um período de embargo, embargo este que surge com a intenção de evitar um impacto negativo nas receitas da publicação tradicional. O segundo modelo, “via dourada”, é o que lhes permite publicar os seus artigos em revistas com acesso livre de custos para os leitores, imediatamente após a publicação, em alguns casos, em troca de um pagamento feito pelo autor.

Os serviços criados para desenvolver cada uma destas soluções de acesso aberto têm crescido rapidamente e contribuído para uma alteração significativa no espaço da comunicação científica, aumentando a sua eficiência, mas implicando, também, uma transferência significativa de custos para criar e manter novas formas de publicação.

Vários editores mais recentes, como a *BioMedCentral*⁹ ou a *Public Library of Science* (PLOS¹⁰) constituíram coleções de periódicos que operam numa base de acesso aberto. Outros editores, já estabelecidos, optam por manter publicações que, apenas em parte, operam numa base de acesso aberto. Muitos introduziram os chamados “modelos híbridos” (Björk, 2012, 2), em que os autores têm a possibilidade de escolher entre realizar um pagamento para que os seus artigos se tornem imediatamente acessíveis, após a publicação, a todos os leitores, sem

⁸ Veja-se a Declaração de Berlim, disponível na WWW: <http://oa.mpg.de/lang/en-uk/berlin-prozess/berliner-erklarung>. [Consult. 1 Set. 2012]

⁹ Disponível na WWW: <http://www.biomedcentral.com>. [Consult. 1 Set. 2012]

¹⁰ Disponível na WWW: <http://www.plos.org>. [Consult. 1 Set. 2012]

qualquer custo para o consumidor final; ou então, não realizando o autor qualquer pagamento, o seu artigo ficará desde logo disponível apenas para os leitores ou para as bibliotecas que pagaram uma assinatura, conforme o modelo tradicional.

As publicações que adotam hoje um modelo de acesso aberto representam, ainda, uma pequena parte (Björk, 2012), mas com um potencial imenso para crescer no espaço da publicação científica e desempenhar um papel significativo na disseminação rápida e alargada dos resultados da investigação, evitando os períodos de embargo, associados ao depósito nos repositórios. Mas também apresentam desafios, quer para os editores, quer para as instituições, para que estabeleçam formas de financiamento sustentável.

O autoarquivo em repositórios institucionais ou temáticos é uma alternativa a este modelo, e tem vindo a afirmar-se em todo o mundo, em particular nas instituições de ensino superior. O seu sucesso está intimamente ligado à vontade da comunidade científica em colocar uma cópia dos seus trabalhos, logo após a avaliação pelos pares (peer-reviewed) no repositório aberto da sua instituição (Swan, 2007, 200). Este mesmo comportamento é, aliás, adotado pelo autores quando criam e dinamizam as suas páginas pessoais, autoarquivando os seus manuscritos que podem, subseqüentemente vir a ser aceites para publicação num periódico científico (Craig et al, 2007, 240).

Estes conteúdos são pesquisáveis através do Google e de outros motores de busca, permitindo a sua visibilidade em todo o mundo e a oportunidade imediata para um artigo ser acedido, lido, usado e citado. É assim necessário que os autores compreendam e acompanhem as estratégias que as instituições têm para promover a publicação de resultados de investigação (Byford et al, 2009,13) ultrapassando a sua relutância em investir, mais do que o estritamente necessário, na promoção do autoarquivo dos seus documentos, que não apresenta qualquer custo para si (Swan, 2007, 200). Economicamente, este modelo de publicação em acesso aberto, a “via verde”, baseia-se na sustentabilidade do sistema de publicação existente, ao contrário dos modelos de acesso aberto da “via dourada”, não prevendo qualquer apoio financeiro para a publicação (Craig et al, 2007, 240).

Não sendo possível considerar o conjunto dos investigadores como um todo, há vários fatores que condicionam a forma como os investigadores utilizam a informação durante o ciclo da investigação e a diversidade de práticas ilustra o modo

como os cientistas se envolvem com as novas tecnologias, permitindo que editores e bibliotecários possam atender às suas necessidades de forma mais concisa (Collins e Jubb, 2012)¹¹. Estes fatores, que influenciam o modo como os pesquisadores interagem com a informação durante todo o ciclo de investigação, repartem-se por duas grandes categorias: a da oferta da informação e a da procura dessa mesma informação. Se a primeira se refere à informação disponibilizada aos investigadores, e ao modo como eles são capazes de a reutilizar e divulgar, os motivos de procura reportam-se especificamente aos comportamentos apreendidos e às regras aceites na determinação de como, e onde, a informação deve ser encontrada, analisada e partilhada.

Assim, as novas ferramentas e tecnologias sem que mudem substancialmente a natureza da pesquisa, permitem novas formas de investigação, contribuindo, sobretudo, para colocar as questões num contexto mais alargado (Bulger, et al, 2011).

Quando seria previsível que, com as novas tecnologias, se assistisse a um aumento no acesso a mais artigos publicados, verificou-se o inverso, quando se colocou o problema do aumento do custo das publicações e a redução dos orçamentos das bibliotecas universitárias. Como consequência, uma parte significativa de resultados de investigação publicados em artigos ficou inacessível e privada do seu impacto potencial (Harnad et al, 2008, 36).

Os efeitos da publicação em modelos de acesso aberto na comunicação científica têm sido bastante analisados¹², focando, em particular, os aspetos associados ao impacto da investigação. A comparação do número de citações, entre artigos publicados em acesso aberto e artigos que não estão em acesso aberto estima um aumento significativo no número de citações dos primeiros, reconhecendo maior potencial para fornecimento de conteúdos em acesso aberto ao modelo de autodepósito em repositórios institucionais (Harnad et al, 2008).

E nesse sentido, o autoarquivo em repositórios institucionais parece ser o caminho mais promissor para alcançar o aumento do número de artigos em acesso

¹¹ Inclui várias referências a estudos realizados no Reino Unido, sobre a mudança de hábitos dos investigadores no ambiente digital. Disponível na WWW: <http://liber.library.uu.nl/index.php/lq/issue/view/470>. [Consult. 10 Fev 2012]

¹² Ver o artigo de Craig, et al.(2007) que faz uma análise crítica de estudos originais publicados sobre o impacto do Acesso Aberto no aumento de citações. Disponível na WWW: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1751157707000466>. [Consult. 1 Set. 2012].

aberto, porque as universidades e os investigadores partilham os benefícios da maximização do impacto da investigação (Swan, 2007).

O impacto da investigação representa, assim, uma medida do progresso e da produtividade da investigação (Harnad et al, 2008, 36) num ambiente em que a Web é a plataforma para a investigação e, nesse sentido, é importante que os investigadores disponham dos meios para apreender de que modo, e por que canais, o seu trabalho é disponibilizado e qual a visibilidade e efetividade reconhecida aos mecanismos de distribuição das suas publicações (Carr, Brody e Swan, 2008, 4).

A utilização das novas formas de acesso e divulgação da produção científica, que privilegiam a publicação académica digital, traduzem a experiência, recente, dos investigadores, em publicar em modelos de acesso aberto, quer nas publicações periódicas em livre acesso, quer em repositórios temáticos e institucionais. Por definição, um artigo publicado em acesso aberto tem mais visibilidade, tornando evidente que os cientistas têm a oportunidade de ler e usar o que de outro modo não teriam visto. As novas tecnologias, e em particular a Web, desempenham uma influência importante sobre a oferta e a procura, moldando a natureza da própria informação e os canais pelos quais os investigadores lhe acedem, analisam e divulgam (Collins e Jubb, 2012). Por outras palavras, um sistema de comunicação construído sobre o acesso aberto tenderá a encurtar o ciclo de investigação em várias disciplinas, a acelerar o progresso e a aumentar a eficiência (Swan, 2007).

Conhecer as práticas dos autores na utilização da informação e, em particular no autoarquivo dos trabalhos produzidos em repositórios institucionais, revela-se como uma questão central para: responder aos desafios colocados pelo desejável incremento do número de documentos depositados e pela definição de estratégias de envolvimento dos investigadores (Mckay, 2007); pelo problema do impacto da investigação resultante dos constrangimentos à difusão da literatura académica (Borges, 2006); pela publicação dos resultados da investigação em acesso aberto, cumprindo os requisitos que possibilitam o acesso ao financiamento de projetos (Byford, 2009, 7).

2.O Movimento do Acesso Aberto

2.1 Os princípios do acesso aberto ao conhecimento científico

As iniciativas de Acesso Aberto (OA) têm-se multiplicado em todo o mundo, em particular nas universidades. A adesão a estas iniciativas implica mudanças significativas na publicação, circulação e leitura por parte da comunidade acadêmica, trazendo efeitos significativamente positivos ao trabalho produzido pelos investigadores: maior circulação dos trabalhos publicados, mais direitos e mais controlo por parte dos académicos e novos espaços e formatos de publicação (Vee, 2012, 8).

O Movimento do Acesso Aberto afirmou-se nos começos do ano 2000, altura em que decorreram importantes encontros internacionais, donde resultaram manifestos e declarações que se mantêm como importantes pontos de referência. Este Movimento contribuiu, de forma significativa, para o desenvolvimento e a disseminação da ciência, enquanto modelo de acesso ao conhecimento e, a assinatura da “Declaração de Berlim sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades”, consolidou a sua afirmação (Harnad, 2005).

As definições de “*Open Access*” de Budapeste (Fevereiro de 2002), Bethesda (Junho de 2003) e Berlim (Outubro de 2003) são as mais centrais e de maior influência neste Movimento. Foi na “Budapeste Open Access Initiative” (BOAI) que se produziu a Declaração de Budapeste e que, pela primeira vez, se estabeleceu o termo e definiu o conceito de “*Open Access*”.

O conceito “*Open Access*” é traduzido para a língua portuguesa por “Acesso Aberto” ou “Acesso Livre”. Por curiosidade, procurou-se apurar qual o termo mais apropriado para utilizar em português¹³: “acesso aberto” ou “acesso livre”, porque sendo termos que, de algum modo, se equivalem, existem algumas diferenças na própria aceção do conceito. Não se encontrando bibliografia significativa sobre esta

¹³ Kuramoto aborda a tradução deste conceito para português no seu blog. Disponível na WWW: <http://kuramoto.blog.br/2010/04/13/acesso-livre-ou-acesso-aberto-eis-a-questao/> [Consult. 2 Abr. 2012]

questão, realizou-se uma pesquisa¹⁴ para cada um destes termos nas páginas do Google. Obteve-se para “acesso livre” um total de 297.000 referências e para “acesso aberto”, um conjunto de 86.600 referências. Daqui é possível concluir, atendendo aos resultados obtidos, que a expressão “acesso livre” é muito mais utilizada do que a expressão “acesso aberto”.

E no entanto, consultando um Dicionário de Língua Portuguesa¹⁵, constata-se que, a primeira tradução para o adjetivo “open” é “aberto” ou “acessível” e à tradução do adjetivo “free” corresponde a expressão “livre, independente, autónomo” seguida de “gratuito, grátis, franco”. Não estando no âmbito deste trabalho tecer considerações sobre a tradução mais adequada do termo para português, não deixou de se refletir sobre a escolha a fazer e, atendendo ao exposto, optou-se por adotar a expressão “Acesso Aberto”, por ser aquela que mais se enquadra no conceito original inglês, ainda que seja a menos referenciada na pesquisa realizada.

O conceito “Acesso Aberto” significa, assim, a disponibilização, na Internet, da literatura científica e académica, sem restrições de acesso e, desejavelmente, de uso. Esta disponibilização permite a qualquer utilizador pesquisar, ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir e referenciar o texto integral dos documentos.

A informação em Acesso Aberto é “digital, em linha, gratuita e livre da maioria dos direitos de autor e de restrições de licenciamento”¹⁶.(Suber, 2012). O Acesso Aberto remove barreiras de custos (assinaturas, licenças, *pay-per-view*) e as que se relacionam com permissões ao acesso. A definição resumida da PLoS¹⁷ é “freely available online for anyone to use”. Para Stevan Harnad (2005) a mesma expressão significa a acessibilidade, sem custos, aos conteúdos dos artigos científicos com arbitragem (peer-review) disponibilizados na Web, de forma imediata e permanente.

O movimento pela literatura em Acesso Aberto assenta no princípio de que os autores publicam os seus trabalhos, sem que esperem pagamento por tal. Na maioria das áreas do conhecimento, as editoras comerciais de periódicos científicos não pagam aos autores, podendo estes dar o seu consentimento para publicação

¹⁴ Pesquisa realizada a 2 de Abril de 2012, com as equações de pesquisa “acesso livre” ciência:pt; “acesso aberto” ciência:pt.

¹⁵ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, disponível na WWW: www.priberam.pt. [Consult. 2 Abril 2012].

¹⁶ Definição de Peter Suber, diretor do Projeto Open Access na Universidade de Harvard. Disponível na WWW: <http://www.researchinformation.info/rijunjul06openaccess4.html>. [Consult. 31 Jul. 2012]. Existe uma versão portuguesa, traduzido por Fernanda Sarmiento (2005), disponível na WWW: <http://www.earlham.edu/~peters/fos/brief-port.htm>. [Consult. 21 Maio 2012].

¹⁷ PLoS - Public Library of Science. Disponível na WWW: <http://www.plos.org>. [Consult. 20 Abril 2012].

em acesso aberto, sem que isso lhes cause prejuízo financeiro. Neste sentido, os cientistas e académicos estão numa posição muito diferente da maioria dos músicos e cineastas, e as discussões relativas ao acesso livre para música e filmes não se aplicam à literatura científica (Suber, 2012).

Coexistem vários modelos de acesso aberto que apresentam graus diferentes de flexibilidade, como por exemplo, a possibilidade de reutilização comercial, permitida por alguns fornecedores de conteúdos em acesso aberto, ou a sua utilização em trabalhos derivados. No entanto, a maioria das definições de *Acesso Aberto* concorda em que não basta remover as barreiras dos custos ou limitar o uso permissivo ao “uso aceitável”(Suber, 2004). A BOAI (2002) reconhece vários níveis e tipos de acesso mais alargado e mais fácil, considerando que “Open Access” significa:

“free availability on the public internet, permitting any user to read, download, copy, distribute, print, search, or link to the full texts of these articles, crawl them for indexing, pass them as data to software, or use them for any other lawful propose, without financial, legal, or technical barriers other than those inseparable from gaining access to the internet itself. The only constraint on reproduction and distribution, and the only role for copyright in this domain, should be to give authors control over the integrity of their work and the right to be properly acknowledged and cited.”¹⁸

Nas Declarações de Bethesda e de Berlim afirma-se que para um trabalho ser de acesso livre, o detentor dos direitos de autor tem que consentir antecipadamente em permitir aos utilizadores “to copy, use, distribute, transmit and display the work publicly and to make and distribute derivative works, in any digital medium for any responsible purpose, subject to proper attribution of authorship [...]”¹⁹

Uma das diferenças fundamentais introduzidas pelo Acesso Aberto é a de que o custo com este tipo de publicação não é pago pelo leitor e, como tal não funciona como uma barreira ao acesso. A base legal do Acesso Aberto é o consentimento por

¹⁸ BUDAPESTE OPEN ACCESS INITIATIVE. Disponível na WWW: http://www.soros.org/open_access/read. [Consult. 21 Abril 2012].

¹⁹ Open Access at the Max Planck Society - Berlin Declaration. Disponível na WWW: <http://oa.mpg.de/berlin-prozess/berliner-erklarung>. [Consult.21 Abril 2012].

parte do detentor dos direitos de autor (no caso das publicações recentes) ou o término dos direitos de autor (para as publicações mais antigas). As Licenças *Creative Commons*²⁰ podem funcionar como uma solução eficaz para os autores manifestarem o seu consentimento ao Acesso Aberto, porque lhes permite definir as condições sob as quais a sua obra é partilhada com terceiros. Com estas licenças, que garantem a protecção e liberdade com alguns direitos reservados, o número de obras disponibilizadas livremente aumenta e estimula de forma eficaz e flexível, a criação de novas obras com base nas originais.

Acresce, ainda, que todas as principais iniciativas de Acesso Aberto para a literatura científica atribuem grande importância aos atuais processos editoriais de revisão prévia dos artigos científicos, ao revelarem-se inteiramente compatíveis com o processo de avaliação pelos pares (*peer review*). Do mesmo modo que os autores de artigos de periódicos cedem gratuitamente o seu trabalho, também muitos dos editores de periódicos e revisores que participam no processo de avaliação pelos pares, o fazem sem qualquer retribuição económica (Suber, 2012, 17).

Pode-se referir que existem dois processos complementares que caracterizam a disponibilização de artigos científicos em acesso aberto: o autoarquivo de uma cópia dos artigos das revistas em arquivos ou repositórios de acesso livre, referida como “Green Open Access” (via verde); e a publicação de revistas em Acesso Aberto, designada como “Gold Open Access” (via dourada), sem necessidade de assinatura ou de pagamento para aceder, e em que os direitos de autor não restringem o acesso aos artigos publicados (BOAI, 2002).

Nas publicações periódicas em Acesso Aberto, submetem-se os originais dos artigos à avaliação pelos pares e em seguida disponibilizam-se, gratuitamente para todos, os conteúdos aprovados. Os custos abarcam o processo de avaliação pelos pares, a preparação do manuscrito e o espaço que ocupam num servidor. Existem diversas formas de suportar estes custos: as publicações recebem subsídio das universidades ou das sociedades profissionais que os hospedam; ou então, os periódicos cobram uma taxa de processamento sobre os artigos aceites, taxa essa, paga pelo autor ou seu patrocinador (empregador, projeto ou centro financiador).

²⁰ Disponível na WWW: <http://creativecommons.pt>. [Consult. 16 Agosto 2012].

No caso dos repositórios institucionais em acesso aberto, o seu conteúdo é disponibilizado de forma gratuita, para todos, podendo conter pré-publicações (*preprints*) não avaliadas pelos pares, pós-publicações (*postprints*) de trabalhos avaliados pelos pares, além de outros trabalhos de carácter científico que podem ser submetidos, ou não, a um qualquer processo de avaliação académica.

2.2 Os desafios e riscos do Acesso Aberto

São diversas, as questões que se colocam aos vários intervenientes no processo de publicação, procurando conhecer as atitudes de cada um face aos novos desafios.

O impacto da investigação é um aspeto importante a ter presente nas publicações em acesso aberto. Os vários estudos²¹ realizados em que se compara o número de citações, alguns com base nos dados do *Institute for Scientific Information* (ISI), de artigos em acesso aberto *versus* artigos que não estão em acesso aberto confirmam um aumento significativo no número de citações de artigos em acesso aberto (Harnad et al, 2008), sendo o método de autoarquivo num repositório institucional, aquele que representa maior potencial para fornecimento de conteúdos em acesso aberto.

Há, também, que ter presente, as questões relacionadas com a propriedade intelectual dos trabalhos depositados nos repositórios e que estão subjacentes ao conteúdo definido nas políticas de acesso aberto. As condições existentes na maioria das universidades, no que respeita à política de direitos de autor, dispensam esses direitos, que ficam na dependência exclusiva dos elementos do seu corpo académico (Vee, 2012, 9). Deste modo, os investigadores e docentes podem ceder esses direitos a quem entenderem, quando decidem publicar o resultado do seu trabalho. Para tal, existem licenças sobre a utilização de material intelectual, como a *Common License/Creative License*, que seguem as normas dos direitos de autor, permitindo o acesso livre aos documentos depositados nos repositórios institucionais. Por outro lado, as políticas de copyright praticadas por grande parte

²¹ Ver Craig, et al. (2007)

das editoras já permitem uma forma de autoarquivo em 94% dos títulos pesquisados no SHERPA/RoMEO, denunciando políticas cada vez menos restritivas.²²

Apesar do crescimento do número de instituições do ensino superior a requererem versões eletrônicas de teses e de dissertações defendidas e a torná-las publicamente disponíveis em repositórios de livre acesso²³, há investigadores, em particular das disciplinas de Ciências Sociais, Artes e Humanidades, que ainda receiam os efeitos que tal possa ter nas oportunidades de publicação futura (Barnes et al., 2012, 23). Tal provoca, em várias situações, que os autores de teses e dissertações solicitem embargo ao acesso livre dos seus trabalhos depositados em repositórios institucionais, considerando que, por representarem um “preprint” do trabalho, impedem a possibilidade de publicação futura por uma editora comercial (Ramirez et al., 2012, 3).

Em estudos recentes, nos EUA, Canadá (Ramirez et al., 2012) e Reino Unido (Barnes et al., 2012) conclui-se que as editoras comerciais e universitárias não consideram as teses e dissertações como “pre-prints” e aceitam a submissão de propostas destes trabalhos para publicação. Nas conclusões destes estudos atribui-se a uma percepção errada e ao medo, mais do que à informação existente, a atitude que leva os orientadores, recém doutorados e mestres a tomar a decisão de restringir o acesso ao seu trabalho, uma vez que os editores reconhecem que uma monografia ou um artigo de uma publicação periódica deve ser adaptado a uma nova audiência e submetido a “peer-review”, resultando, deste modo, um trabalho final substancialmente diferente do original.

Outra das preocupações mais referidas, ao abordar-se a disponibilização das publicações em acesso aberto, é a que se prende com o risco de plágio, considerando que o depósito da produção científica em repositórios digitais aumenta este risco, facilitando a apropriação das ideias e resultados divulgados (Grieg citado por Barnes et al., 2012, 10). Esta preocupação acentua-se quando estão envolvidos conteúdos de informação sensível ou confidencial – por razões políticas, de valor comercial ou dados de carácter pessoal – e preconiza-se, para a solução destas

²² Sherpa/Romeo : Publisher copyright policies & self-archiving. Disponível na WWW: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php?la=en&id=&flDnum=|&mode=simple&type=&search=&prule=&jrule=>. [Consult. 14 Junho 2012].

²³ Ver resultados do estudo de Barnes, et al. (2012).

situações, o embargo por um período determinado, ou mesmo, a alteração da redação do texto disponibilizado em acesso aberto. Estas apreensões ou dúvidas parecem ser das mais evidentes e das que colocam maiores barreiras por parte dos autores à sua disponibilização pública.

2.3 O Movimento do Acesso Aberto em Portugal

O desenvolvimento do acesso aberto em Portugal foi dinamizado pelas universidades que promovem o acesso à produção científica produzida no seu interior e as primeiras ações deste Movimento surgem em 2003, com a criação do primeiro repositório na Universidade do Minho e com o portal português do projecto SciELO²⁴ em 2005, a primeira plataforma que reúne a publicação de revistas de acesso livre em Portugal. É a partir desta altura, e com maior insistência desde 2006, que as iniciativas se sucedem em maior escala e o tema começa a ganhar mais notoriedade.

O contexto nacional e as suas características específicas, como a inexistência de uma infraestrutura científica nacional até aos inícios do ano 2000, a ausência de uma tradição sólida de publicação científica e o aumento da acessibilidade à literatura científica que se registou após a criação da Biblioteca do Conhecimento Online (*b-on*)²⁵, em 2004, criaram as condições necessárias para que esta situação ocorresse (Moreira et al., 2010, 2).

No final de 2006 a Declaração do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) sobre o Acesso Livre ao Conhecimento deu uma nova projecção ao Movimento e, com a criação de um grupo de trabalho sobre o Acesso Aberto, nos dois anos seguintes, várias instituições criaram os seus repositórios, que já somam 39²⁶.

No âmbito deste Movimento, surgiu, em 2008, o projeto Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), iniciativa da Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP (UMIC) e da Fundação para a Computação Científica Nacional

²⁴ SciELO – Scientific Electronic Library Online é um modelo de publicação electrónica cooperativa de publicações científicas na Internet. Disponível na WWW: <http://scielo.org>. [Consult. 1 Set. 2012].

²⁵ A b-on disponibiliza às instituições de investigação e do ensino superior, o acesso aos textos integrais de milhares de periódicos científicos e *ebooks* online de alguns dos mais importantes fornecedores de conteúdos. Disponível na WWW: <http://b-on.pt>. [Consult. 1 Set. 2012].

²⁶ Ver RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. Disponível na WWW: <http://www.rcaap.pt>. [Consult. 3 Maio 2012].

(FCCN). Na sua concretização participa, igualmente, a Universidade do Minho, que coordena as componentes científica e técnica.

O RCAAP abrange todos os intervenientes do sistema científico, designadamente os dirigentes de instituições de ensino superior, investigadores e docentes e, ainda, os gestores de repositórios institucionais (Moreira et al, 2010, 2).

Os propósitos que levaram à criação do RCAAP foram o de aumentar a visibilidade, a acessibilidade e a difusão dos resultados da actividade académica e de investigação científica portuguesa, o que seria possível com a criação de um metarrepositório da produção científica e académica nacional, que permitisse a pesquisa e o acesso aos repositórios nacionais a partir de uma plataforma comum, e a sua utilização de uma forma facilitada e intuitiva.

Assim, a existência de um metarrepositório nacional assumiu-se como uma peça fundamental do sistema nacional para a difusão científica e um dos principais objectivos do RCAAP, por contribuir significativamente para aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados das actividades académicas e de investigação científica em Portugal (Moreira et al, 2010).

Outro objetivo que presidiu à criação do repositório do RCAAP foi o de permitir a interligação e interoperabilidade com outros componentes do sistema de informação científica nacional, em especial com o sistema de gestão de currículos DeGóis²⁷. Também a integração com o portal b-on foi objecto de análise e implementaram-se mecanismos de integração, que permitiram que os documentos existentes nos repositórios agregados pelo RCAAP pudessem ser pesquisados, localizados e recuperados a partir da b-on.

Por último, e num sentido mais alargado, a incorporação do repositório RCAAP num conjunto de iniciativas internacionais, enquanto representante da produção académica e científica nacional, a interoperabilidade e interligação com o crescente número de centros de investigação, organismos financiadores de investigação e instituições de ensino superior com repositórios semelhantes, na Europa e no resto do mundo, constituiu uma vantagem significativa para a dinamização do Acesso Aberto em Portugal (Moreira et al, 2010).

²⁷ Plataforma Nacional de Ciência e Tecnologia DeGóis. Disponível na WWW: <http://www.degois.pt>. [Consult. 1 Set. 2012].

3. Os repositórios institucionais

3.1 Conceito e representação dos repositórios institucionais

O desenvolvimento das TIC facultou as condições tecnológicas para o desenvolvimento dos repositórios institucionais (RI), criados a partir de 2002, que integram o atual fluxo de comunicação científica, e que têm na “abertura” (openness) o seu alicerce, quer no que se refere ao desenvolvimento da infraestrutura, baseada em “open source”, quer no acesso aberto ao seu conteúdo (Armbruster e Romary, 2009) . Em 2010, o *Directory of Open Access Repositories* referenciava mais de 1800 repositórios institucionais, em todo o mundo, armazenando mais de 30 milhões de registos; destes, cerca de 48% localizam-se na Europa²⁸, e 36 deles em Portugal.

Os repositórios institucionais foram concebidos e implementados para fazer a divulgação da produção científica das próprias universidades, contendo uma ampla variedade de trabalhos de investigação e materiais de ensino. Neste sentido, podem integrar uma ação específica dentro da gestão documental que inclui a criação, tratamento, transmissão, e acesso da documentação produzida no seio da instituição.

Os repositórios digitais representam, paralelamente, uma forma de armazenamento de objetos digitais, com a capacidade de manter e gerir materiais por longos períodos de tempo e de lhes prover o acesso adequado. É uma estratégia possível devido aos custos reduzidos no armazenamento da informação, ao uso de padrões como o “Protocolo de Recolha de Metadados da Iniciativa de Arquivos Abertos” (OAI-PMH), e pelos avanços no desenvolvimento dos padrões de metadados que suportam o modelo de comunicação dos arquivos abertos. Este protocolo tem sido reconhecido pela comunidade de editores de periódicos científicos como uma forma de garantir que a informação na Internet seja visível, de acordo com os padrões de interoperabilidade. Através desta partilha de metadados, facilitada pelo modelo Open Archive Initiative (OAI), os autores e editores interessados em tornar as suas publicações acessíveis abertamente, partilham com

²⁸ The Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR). Disponível na WWW: www.opendoar.org/ .[Consult. 22 Abril 2012].

outras instituições os serviços disponibilizados Esta é uma das forma utilizadas pelas instituições de ensino superior para apoiar a divulgação dos resultados da pesquisa científica, criando mecanismos para legitimar e estimular a publicação dos trabalhos produzidos (Viana et al., 2005).

Quando os repositórios estão de acordo com o OAI-PMH, significa que são interoperáveis e os utilizadores podem encontrar o seu conteúdo sem saber que repositórios existem, onde estão localizados, ou o que contêm. Atualmente existem programas de código aberto que permitem construir e manter repositórios compatíveis com a OAI, com crescente tendência para serem utilizados internacionalmente, por serem gratuitos e poderem ser alterados (Baptista et. al 2007).

Os repositórios institucionais podem, assim, ser definidos como um arquivo digital de produção intelectual, criado por uma só comunidade, ou por uma comunidade múltipla, que se compõe de investigadores, estudantes e professores de uma instituição universitária (Crow, 2002, 4), e que desempenham uma importante missão para os investigadores e para as instituições, que é a de promover a investigação.

Para Lynch (2003, 2), os repositórios institucionais representam um conjunto de serviços que a instituição oferece aos seus membros para a gestão e disseminação de materiais digitais criados na instituição. Os repositórios foram criados com a intenção de fornecer uma infraestrutura em que a informação científica seja muito disseminada e acessível a investigadores e outro público; de estabelecer um ambiente de confiança que certifica ao depositante a consistência da informação depositada e a altura em que a informação foi depositada e de garantir, a longo prazo, a sua disponibilidade, manifestando proximidade com o conceito de biblioteca (Romary e Armbruster, 2009, 6).

A primeira, e principal razão, que poderá motivar um cientista a ter um repositório de publicações é porque este lhe permite fazer com mais eficiência o seu trabalho, nomeadamente a comunicação de ideias e os resultados. O que esperam, basicamente, deste ambiente, é a capacidade de o seu trabalho chegar de imediato aos colegas atuais ou potenciais (Romary e Armbruster, 2009, 7).

Uma das mudanças observadas na publicação científica, conforme já referido, foi a da constituição dos chamados repositórios digitais temáticos, tendo esta ideia evoluído para o agrupamento dos repositórios sob a responsabilidade de instituições

centradas na divulgação da produção científica local. Estes repositórios centrais temáticos, muito articulados na disseminação de “preprints”²⁹, foram, precisamente, criados e desenvolvidos pelos investigadores para que agissem como um espaço de ligação entre cientistas (Armbruster e Romary, 2009, 2).

Esta perspetiva de repositório como um instrumento de comunicação científica direto, foi a fonte de desenvolvimento de serviços específicos orientados para o investigador, tais como a validação científica a priori, alertas, a organização temática dos conteúdos, assim como um conjunto de perfis de metadados permitindo a sua recuperação (Romary e Armbruster, 2009, 7).

Outro aspeto importante ligado à divulgação é a de que os investigadores são, naturalmente, tentados a associar, a uma publicação, todo o material correspondente que foi utilizado para a pesquisa ou que foi publicado em combinação com o artigo. O potencial deste material acompanhante, do ponto de vista da informação que veicula, pode ser um valor acrescentado para os repositórios, já que se trata de material que, pelas suas características, não se publica numa edição de formato tradicional, mas que pode ser armazenado no repositório digital e, deste modo, ser dado a conhecer a outros investigadores e colegas (Swan e Brown, 2005, 5).

A recolha de artigos científicos relevantes, armazenados em repositórios de acesso aberto, faz-se a partir dos metadados e do conteúdo de texto integral, em vários repositórios em acesso livre, aplicando técnicas que representam e expõem as relações semânticas entre documentos, em que os dados são relacionados. A combinação e a associação da informação permitem a emergência de um conjunto alargado de aplicações que podem explorar os dados fornecidos. Alguns projetos já desenvolvidos (Knoth e Zdrahal, 2011) procuram demonstrar a usabilidade de sistemas em situações que melhorem a acessibilidade do conteúdo e as capacidades da navegação para os utilizadores das bibliotecas digitais; e permitam o acesso ao conteúdo digital de forma mais alargada, através de dispositivos móveis, como os *smart phones* e os *tablets*. Facultar informação sobre recursos semanticamente relacionados e disponíveis num formato interoperacional, é um

²⁹ Veja-se o caso do arXiv.org, repositório emblemático criado pelo físico Paul Gispard, em 1991, disponível na WWW: <http://arxiv.org>.

passo essencial no sentido de permitir a sua exploração por várias outras aplicações.

Os resultados estatísticos que permitem aferir um aumento de utilizadores a aceder aos repositórios, a candidatura de investigadores externos a doutoramentos e pós doutoramentos em determinadas instituições e o aumento do número de citações dos conteúdos disponíveis, são fatores a considerar para ampliar a adesão de novos depositantes (Gomes e Rosa, 2010). Quer as citações, quer os *downloads* representam uma evidência do uso dos trabalhos de investigação e vários estudos (Harnad et al, 2008; Hitchcock, 2004-2007) demonstram que os *downloads* de artigos em acesso livre estão fortemente correlacionados com subseqüentes citações.

Num ambiente académico em que o crescente número de citações define a qualidade da pesquisa que, no seu retorno, controla o financiamento dos projetos de investigação, as estatísticas dos repositórios não representam, apenas uma mera curiosidade sobre hábitos de navegação na comunidade académica, mas um meio essencial para alcançar valor económico (Carr, Brody e Swan, 2008, 4).

A escolha do software a adotar pelos repositórios institucionais é um aspeto importante e determinante para a sua manutenção e evolução. As duas instituições pioneiras no desenvolvimento de software livre para repositórios digitais foram a Universidade de Southampton, em Inglaterra, e o Massachusset Institute of Technology (MIT), de Boston, nos EUA. A primeira criou o software *E-prints*³⁰ para repositórios institucionais ou temáticos; o MIT, em colaboração com a Hewlett Packard Corporation, criou o modelo de repositório institucional *DSpace*³¹. Estes dois sistemas, juntamente com o *Fedora*³² são os mais referidos na literatura, sendo alternativos para a implementação dos vários repositórios institucionais, temáticos, ou outro.³³

Mencionando, em particular o DSpace, sistema implementado pela Universidade do Minho no seu repositório institucional RepositóriUM, com versões traduzidas para a língua portuguesa do DSpace³⁴, e maioritariamente utilizado em Portugal, este sistema adotou o protocolo para recolha de dados da Iniciativa dos

³⁰ Disponível na WWW: <http://www.eprints.org>

³¹ Disponível na WWW: <http://www.dspace.org>

³² Disponível na WWW: <http://www.fedora-commons.org/>

³³ Para os diferentes tipos de repositories ver: Armbruster e Romary (2009).

³⁴ Disponível na WWW: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/>

Arquivos Abertos, OAI-PMH e é considerado um provedor de dados. Algumas das suas características mais evidentes são: software “open source”, de arquitetura simples e eficiente que recorre a tecnologia de ponta; direcionado para o acesso aberto; gere e preserva todos os tipos de conteúdo digital; intencionalmente implementado para servir de repositório institucional, cujos dados se organizam de modo a refletir a estrutura da instituição, em coleções. Este software tem sido desenvolvido para melhorar aspetos relacionados com os repositórios, tais como o controlo do acesso, os direitos de autor, as versões digitais dos documentos, a recuperação da informação, a recetividade por parte da comunidade académica e as suas funcionalidades para a publicação (Barton e Walker citados por Viana et al., 2005).

3.2 As políticas institucionais de publicação e acesso à informação científica

O debate e as iniciativas relacionadas com o acesso à literatura científica têm crescido de forma significativa nos últimos anos. No quadro desse debate, a aspiração e exigência do acesso aberto ao conhecimento produzido pelos investigadores e académicos tem conquistado cada vez mais defensores e adeptos, dentro e fora do mundo universitário (Rodrigues, 2004). A sustentabilidade e desenvolvimento de um repositório institucional baseiam-se, fundamentalmente, na sensibilização da comunidade académica para preservar e difundir a sua produção intelectual através destas plataformas.

Cada vez mais as instituições, em todo o mundo, aderem e aprovam políticas de acesso aberto para a divulgação da investigação desenvolvida no seu interior. A Universidade de Harvard adotou uma política destas, em 2005; o MIT, em 2008; e mais recentemente, em 2011, a Universidade de Princeton. No Registry of Open Access Repositories Mandatory Policies (ROAR)³⁵, o gráfico que assinala o número de instituições com mandatos de depósito em repositórios institucionais de acesso aberto tem crescido de forma significativa.

As políticas de acesso aberto explicam-se pelo tipo de atividade, financiamento e divulgação da produção académica. O corpo académico contribui

³⁵ ROAR – Registry of Open Access Repositories Mandatory Policies. Disponível na WWW: <http://roarmam.eprints.org>. [Consult. 22 Abril 2012].

com a essência do seu trabalho para a publicação, escrevendo e editando; os custos são suportados pelas universidades e instituições públicas; e o acesso livre, sem restrições, ao trabalho produzido, permite uma maior divulgação e eventual retorno público para financiar a investigação (Vee, 2012, 8). A percentagem de autores que já permitiram acesso a pelo menos um dos seus artigos através de um dos meios de autodepósito é relevante, e neste momento calculada já acima de um terço do total (Swan citada por Harnard et al., 2008, 37). Para que este número cresça de forma sustentada, até se tornar uma prática universal, o caminho mais direto será através dos repositórios institucionais, em que as universidades e os seus cientistas partilham os benefícios de maximização do impacto da investigação (Harnad et al, 2008, 38).

Cada instituição define um modelo de política de depósito, ajustado à realidade e contexto em que estão inseridos os seus investigadores, para que a adesão à disponibilização de conteúdos através do repositório seja incorporada no quotidiano da comunidade académica. Assim, os repositórios devem representar e tornar visível a produção científica das instituições.

As circunstâncias que motivam a criação de repositórios institucionais são as que se prendem com ganhos potenciais de eficiência nas diversas fases do ciclo de publicação científica e académica: visibilidade, disseminação, utilização e impacto (Carr, Brody e Swan, 2008, 1). Os investigadores querem o seu trabalho divulgado e utilizado, e precisam que ele seja citado. As instituições querem aumentar a sua visibilidade e ampliar os efeitos do investimento realizado. Uma visão complementar sobre os repositórios institucionais é considerá-los como uma área de preservação da produção científica associada a um indivíduo ou a um grupo, ou seja, como um espaço de confiança em que a produção científica será preservada ao longo dos anos. Esta perspetiva está, também, relacionada com as expectativas da sociedade relativamente às suas instituições de ensino e investigação, considerando-as aptas a preservar, como deveriam ser capazes de fazer em relação a todas as formas de herança cultural (Romary e Armbruster, 2009, 8). O que se espera é que sejam capazes de organizar os recursos publicados de tal modo que, no futuro, este material seja recuperado e legível e, por outro lado, represente um quadro compreensível e rigoroso do atual estado de investigação.

Os serviços de estatísticas são, igualmente, uma área de grande importância para os repositórios, fornecendo uma informação plausível aos seus gestores, sobre a sua utilização, sobre o impacto da política ou das atualizações funcionais, e proporcionando evidências do retorno do investimento. Por outro lado, facultam aos investigadores e autores informação valiosa sobre o interesse do seu trabalho intelectual e uma perspetiva crucial sobre a forma como o seu trabalho está a ser difundido ou citado (Carr, Brody e Swan, 2008, 3).

Finalmente há a referir que as políticas de acesso aberto, definidas por cada instituição para o seu repositório, podem ser de depósito obrigatório (mandatory policies) ou de depósito voluntário (voluntary policies). Ainda que a maioria dos autores aceite sem dificuldades, se questionado, a possibilidade de submeter os seus materiais a um repositório, (Borges, 2006, 258), é sabido que muitos deles não depositam voluntariamente (Sale, 2006, 5), argumentando vários motivos para o não fazer (como o trabalho e o tempo que exige tal tarefa e a aversão às questões do copyright) embora, se compelido a tal, o faça, desde que a instituição valorize tal prática. Comparando o volume de depósitos em repositórios com políticas distintas, é possível observar que existem diferenças significativas no seu aumento (Sale, 2006, 5). Persuadir os autores a depositar é essencial e passa por demonstrar as vantagens dessa prática com factos concretos; mas uma política de depósito obrigatório parece ser o principal fator, suficientemente eficaz, para garantir o sucesso dos repositórios institucionais, permitindo o seu crescimento de forma sustentada (Sale, 2006, 5; Harnard e McGovern, 2009, 30).

A premência e oportunidade destas políticas institucionais, tomadas individualmente pelas diversas escolas e institutos científicos, foram recentemente reforçadas, na Europa, a um nível institucional mais elevado. A Comissão Europeia e o Conselho Europeu de Investigação (European Research Council) criaram o projeto piloto OpenAire³⁶ que obriga ao depósito das publicações num repositório institucional ou temático, por parte dos investigadores dos projetos financiados pelo

³⁶ O OpenAire (Open Access Infrastructure for Research in Europe) é um projeto de três anos financiado pelo 7º Programa Quadro da Comissão Europeia, que tem como principais objetivos apoiar os investigadores no cumprimento das condições do projeto piloto Open Access através de um sistema europeu de *helpdesk*; apoiar os investigadores no processo de depósito das publicações em repositórios institucionais ou disciplinares; construir o portal OpenAire e a infraestrutura eletrónica para a rede de repositórios; e explorar serviços de gestão de dados científicos em conjunto com cinco comunidades disciplinares. Disponível na WWW: <http://www.openaire.eu/pt>. [Consult. 20 Maio 2012].

Sétimo Programa Quadro³⁷. Pretendem, deste modo, proporcionar uma ampla difusão e acessibilidade aos resultados publicados da investigação que financiam, preconizando que o acesso à informação e aos dados científicos é crucial para o ensino, investigação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da sociedade. Este projeto aplica-se a qualquer artigo que possua revisão por pares (*peer review*), tenha sido aceite para publicação e que resulte de investigação financiada numa das áreas de: energia, saúde, ambiente, tecnologias de informação e comunicação, infraestruturas de investigação, ciências na sociedade, ciências socioeconómicas e humanidades.

3.3 Os repositórios institucionais em Portugal

Já foi referido que o crescimento do acesso livre em Portugal foi dinamizado pelas universidades e outros organismos do ensino superior, tendo surgido, em 2003, a primeira ação deste Movimento, com a criação do repositório na Universidade do Minho, designado como RepositoriUM.

A Declaração do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) que aderiu e promoveu o “Acesso Aberto ao Conhecimento”, em Outubro de 2006, deu um novo fôlego a este Movimento e, nos dois anos seguintes, várias instituições criaram os seus repositórios, que, hoje, já se elevam a 39³⁸. Esta Declaração refere que a nova realidade para a difusão do conhecimento científico e do património cultural mudou radicalmente com o advento e utilização crescente da *Internet*, o que acentua a necessidade de as universidades cumprirem com a sua missão enquanto disseminadoras do conhecimento na sociedade, através do novo paradigma do Acesso Aberto.

Para Portugal, o Acesso Aberto significa maior visibilidade na comunidade científica internacional e facilita o acesso à informação científica por parte dos vários

³⁷ Disponível na WWW: http://cordis.europa.eu/fp7/home_en.html. [Consult. 20 Maio 2012].

³⁸ Conforme indicado no diretório de repositórios do RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. Disponível na WWW: <http://www.rcaap.pt/directory.jsp>. [Consult. 2 Maio 2012].

organismos e pelos próprios cidadãos, promovendo uma maior transferência de conhecimento e inovação.

Nesse sentido, o CRUP adotou algumas iniciativas que passaram pelo apoio e adesão aos princípios do Acesso Aberto, assinando a Declaração de Berlim sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento; pela recomendação a todas as universidades portuguesas de estabelecerem repositórios institucionais onde os investigadores possam depositar as suas publicações científicas e académicas e instituir políticas de acesso aberto; pela recomendação, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)³⁹, em reforçar a política que determina que as publicações resultantes de projetos de investigação por si financiados, sejam depositados num repositório de acesso aberto; pelo apoio à interligação e interoperabilidade entre os repositórios das universidades portuguesas e ao estabelecimento de um único portal para aceder às publicações científicas nacionais.

Dando cumprimento a algumas destas premissas surgiu, assim, em 2008, o projeto RCAAP⁴⁰, com a intenção de abarcar todos os intervenientes do sistema científico, desde os dirigentes das instituições de ensino superior, passando pelos investigadores e docentes, até aos gestores dos repositórios institucionais (Moreira et al., 2010, 2). A criação do metarrepositório RCAAP permitiu estender a pesquisa e o acesso aos repositórios nacionais a partir de uma plataforma comum e assumiu-se como uma peça fundamental do sistema nacional de difusão científica, por contribuir de modo significativo para o aumentar da visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados das actividades académicas e de investigação científica (Moreira et al., 2010).

A interligação e interoperabilidade com outros componentes do sistema de informação científica nacional, como o sistema de gestão de currículos DeGóis ou o portal b-on, facilita a localização e recuperação dos documentos depositados nos repositórios agregados pelo RCAAP, a atualização dos *curricula vitae* dos docentes e investigadores e a visibilidade acrescida da produção científica nacional.

A Universidade do Minho aderiu, desde logo, ao Movimento do Acesso Aberto e empenhou-se na implementação e promoção do seu repositório institucional, que tinha como principais objetivos maximizar o impacto da investigação desenvolvida

³⁹ Actual Ministério da Educação e Ciência

⁴⁰ Disponível na WWW: projecto.rcaap.pt/

na instituição, preservar a sua memória intelectual em suporte digital e contribuir para o progresso da ciência (Ferreira et al., 2008). Na implementação do seu repositório experimentaram várias dificuldades que se relacionaram, sobretudo, com a adoção de novas práticas por parte dos docentes e investigadores. A aceitação de um sistema destes é, habitualmente, lenta porque os utilizadores não se apercebem dos benefícios potenciais que podem surgir, ao utilizar este processo, que é novo. As preocupações com os direitos exigidos pelas editoras, as barreiras ao uso das tecnologias, e a falta de tempo para depositar, foram argumentos empregues para justificar tal atitude (Ferreira et al., 2008).

Com o intuito de ultrapassar estes obstáculos, a Universidade do Minho definiu um conjunto de medidas que visaram o aumento do autodepósito, atribuindo valor acrescentado aos serviços usados pelos utilizadores do repositório, e promoveram uma política de autodepósito que oferecia um incentivo financeiro a quem depositasse (Ferreira et al., 2008). Os resultados obtidos permitiram concluir que esta estratégia de implementação foi bem sucedida e o corpo académico foi ajustando e adaptando as suas práticas a esta nova forma de depositar as suas publicações (Ferreira et al., 2008).

Nesta experiência pioneira – a Universidade do Minho foi uma das primeiras universidades a nível mundial a definir uma política de acesso aberto e autodepósito com força institucional – constata-se que a implementação do repositório digital representou uma tarefa complicada, porque interferiu com os hábitos instituídos dos docentes e investigadores. De facto, o aspeto apontado como sendo o mais crítico é o de persuadir os investigadores a depositar as suas publicações, sendo necessário arranjar uma série de estratégias que os convençam a depositar os seus materiais. Há vários fatores a impedi-lo, entre os quais, a inércia que, uma vez ultrapassada, por uma constante pressão e pela perceção das vantagens em usar este sistema, é suficiente para manter uma curva positiva no total de depósitos (Ferreira et al., 2008).

A identificação das necessidades e objetivos dos potenciais utilizadores é um fator crítico de sucesso para os RI, que pode ser medido pela sua taxa de autodepósito. Tem crescido, por isso, o número de estudos que procuram ajudar a essa identificação e apoiar as decisões que devem ser tomadas na instalação ou

para o crescimento dos repositórios. Consideram que o reconhecimento de diferentes perfis de utilizadores pode contribuir para uma melhor conceção e organização dos repositórios e facilitar uma maior participação dos autores no depósito de publicações, já que os resultados mostram que a falta de depósitos de documentos resulta de um afastamento entre as necessidades sentidas pelos utilizadores e as decisões tomadas por parte de quem gere o sistema (Maness, Miaskiewics e Sumner, 2008).

Torna-se, assim, evidente e reconhecida, a importância dos autores nos repositórios digitais, enquanto depositantes e utilizadores, sendo imprescindível conhecer as suas necessidades e expectativas em relação ao repositório da instituição a que se encontram ligados.

4. Estudo Geral: repositório digital da Universidade de Coimbra

4.1 Enquadramento

O acesso à informação científica é fundamental para os investigadores poderem prosseguir nos seus trabalhos de investigação. A criação dos repositórios institucionais surgiu como uma forma de reacção às barreiras existentes na obtenção desse acesso e na divulgação da investigação produzida (Borges, 2009).

O *Estudo Geral*⁴¹ é o repositório institucional da Universidade de Coimbra (UC), que tem por missão divulgar e preservar a produção científica de autores ligados a esta instituição.

A criação deste repositório inseriu-se no Movimento do Acesso Aberto à literatura científica, ao qual o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas aderiu, em 2006, como já exposto. A Reitoria da Universidade de Coimbra subscreveu os princípios desse Movimento no início de 2007, não só para promover a circulação do conhecimento científico em geral, mas também para aumentar a sua presença na rede informática mundial, procurando afirmar-se como um emissor de saber e de cultura.

Atendendo a que um repositório deve ser sustentável, bem gerido e apoiado de forma a estabelecer confiança (Zuccala, Oppenheim e Dhiensa, 2008), a Universidade de Coimbra reconheceu a necessidade de uma política institucional de acesso aberto mais afirmativa, na linha do que foi expresso na Declaração de Alhambra⁴², pelo grupo de Open Access da Europa do Sul (Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia e Turquia).

Nesse sentido, aprovou em Outubro de 2010, o documento “Política de Acesso Livre (open access) da Universidade de Coimbra”⁴³ que define a sua política de acesso aberto à produção científica dos docentes e investigadores da UC, estabelecendo e assegurando os procedimentos necessários à preservação digital dos conteúdos registados no *Estudo Geral* e à garantia de acesso permanente ao material aí depositado. Neste documento, o papel atribuído a cada um dos sectores

⁴¹ Cujo acesso é possível na WWW: <http://estudogeral.sib.uc.pt>.

⁴² Disponível na WWW: <http://oaseminar.fecyt.es/Publico/Home/index.aspx>. [Consult. 2 Maio 2012].

⁴³ Disponível na WWW: http://www.uc.pt/sibuc/Estudo_Geral/mandatoUC.

intervenientes neste processo, como sejam os Serviços de Gestão Académica, as Bibliotecas e o Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra (SIBUC), é relevante para a concretização de tal política. Ao SIBUC cabe coordenar, dinamizar e gerir todo o conjunto de atividades que fomentem as condições que permitam aos docentes e investigadores fazerem do autoarquivo parte da sua atividade diária. E é através do *Estudo Geral* que a Universidade de Coimbra guarda e preserva a sua memória intelectual num único sítio, de forma estruturada e facilmente recuperável, aumentando a sua visibilidade.

É necessário o contributo de todos os docentes e investigadores para que o *Estudo Geral* venha a incluir toda a produção científica da Universidade de Coimbra, e desde a sua criação, em Junho de 2008, que se apela à sua participação, com vista ao progressivo incremento deste recurso. E nesse sentido, é indispensável que os autores depositantes conheçam o repositório e saibam quais os benefícios que advêm da sua participação (Zuccala, Oppenheim e Dhiensa, 2008).

4.2 Estrutura e desenvolvimento

No que se refere à sua construção, o *Estudo Geral* espelha a estrutura orgânica da Universidade de Coimbra, tendo adoptado o software *DSpace* como a sua infraestrutura informática. Num primeiro nível, as comunidades representam as diversas Faculdades, que por sua vez se dividem em subcomunidades correspondentes a unidades orgânicas menores, como os departamentos. A cada uma das comunidades ou subcomunidades estão associadas as colecções, organizadas segundo a tipologia documental.

Atualmente, os documentos depositados encontram-se distribuídos de acordo com a seguinte tipologia documental: teses de doutoramento, dissertações de mestrado, trabalhos finais de licenciatura, artigos, *working papers*, *preprints*, comunicações em conferências e outras publicações, como monografias, partes de monografias, revisões, relatórios, etc.

Diversas melhorias do serviço têm sido introduzidas, com vista a dotar o repositório com ferramentas que permitam, nomeadamente, obter os dados estatísticos de acesso e utilização do repositório (visualizações e *downloads* de documentos).

Uma das estratégias para a fidelização ao *Estudo Geral*, foi desenvolver a interoperabilidade entre o repositório digital e a plataforma nacional de *curricula vitae* DeGóis, e realizar a sua divulgação e promoção entre os docentes e investigadores da UC (Miguéis, et al, 2010). A Plataforma de Curricula DeGóis⁴⁴ é um instrumento de recolha, disponibilização e análise da produção intelectual, científica e outras informações curriculares dos investigadores portugueses, e consiste num portal cujas principais funcionalidades são a gestão individual do *curriculum* por parte do utilizador, a consulta de indicadores e a visualização de *curricula* mediante pesquisas baseadas em critérios relacionados com o seu conteúdo. Com a utilização da plataforma DeGóis a Universidade de Coimbra tem a intenção de manter mapeada a informação relativa aos seus investigadores em plataformas interligadas, e acompanhar e avaliar a evolução da actividade de investigação, uma vez que guarda informação sobre os percursos biográficos dos investigadores de uma forma organizada e de fácil recuperação. Pretendeu-se demonstrar a importância para a Universidade destas duas plataformas, bem como elucidar sobre os procedimentos a seguir para a sua boa utilização, sendo que um único sistema que consiga responder às necessidades dos investigadores e das unidades orgânicas em que se inserem, tornará mais fácil manter a informação actualizada e sempre disponível. Com os *curricula* permanentemente mapeados, a UC poderá assegurar, mais facilmente, um sistema de qualidade da investigação que nela se realiza (Miguéis, et al, 2010).

Outra das actuais prioridades, na sequência da publicação da Política de Acesso Livre da UC, é a de observar a sua aplicação, reforçando os contactos com o Departamento Académico e com as Secretarias dos Assuntos Académicos das Unidades Orgânicas; e alertando para a necessidade da uniformização de procedimentos. Parece, em particular, da máxima conveniência dar a conhecer a política de acesso aberto aos alunos de doutoramento e de mestrado, como forma de melhor garantir o autoarquivo dos seus trabalhos.

A integração do *Estudo Geral* no RCAAP representa, igualmente, uma estratégia importante, pois que, juntando-se a outros repositórios institucionais do país, concorre sobremaneira para a divulgação do repositório digital da UC e do conjunto da produção científica nacional. Acresce, ainda, o facto de ser possível

⁴⁴ Disponível na WWW: <http://www.degois.pt/index.jsp?id=0>

comparar o crescimento deste repositório com os demais e aferir da sua evolução face aos restantes.

Também o enquadramento institucional ao centralizar o processo de edições de revistas na Imprensa da Universidade, viabilizado pelo projecto ID@UC, permite a sua ligação ao Estudo Geral, assumindo a proposta e o compromisso da Universidade de Coimbra na difusão da produção científica desenvolvida no seu seio ou tornada pública através das suas publicações (Borges; Lopes, 2009). Faculta, igualmente, a possibilidade de centralizar os recursos existentes.

Pode-se acentuar que um dos factores fundamentais para o crescimento do número de documentos depositados em qualquer repositório é o envolvimento da comunidade académica na prática do autoarquivo. Porém, dos cerca de 11.000 documentos depositados no *Estudo Geral*, apenas seis por cento dos que estão em livre acesso foram inseridos por esse processo.

Ao longo dos quatro anos de existência foram promovidas várias acções de formação direccionadas a docentes e investigadores, mas abertas a bibliotecários, e com o objectivo de incentivar e ajudar na inclusão de documentos no *Estudo Geral*. Tal proporcionou que vários documentos dos que aí se encontram, não fossem depositados directamente pelos autores, mas sim a pedido destes, por bibliotecários ou outros técnicos.

Para sensibilizar os autores para as vantagens do autodepósito do seu trabalho e desmistificar a ideia da complexidade associada ao acto de inclusão de um documento no repositório, procurou-se divulgar o repositório através de um conjunto de meios - *workshops*, notícias, folhetos de informação, vídeos - e esclarecê-los das políticas de depósito adoptadas que salvaguardam os direitos essenciais da propriedade intelectual, alertando-os para as restrições impostas pelas editoras (Borges, 2006; Neves e Borges, 2009). Estas preocupações levaram, também, à concretização de algumas tarefas, nomeadamente o aperfeiçoamento de guias com instruções para o autoarquivo e a disponibilização de ajudas, no sentido de facilitar a pesquisa da informação por parte dos utilizadores.

Os docentes e investigadores, ao depositarem os seus trabalhos, conferem-lhes maior acessibilidade e disseminação e concedem à Universidade de Coimbra o direito, sem exclusividade, de arquivar e divulgar a sua produção científica no

repositório institucional, reservando para si, a capacidade de ceder a terceiros os direitos concedidos à UC através da licença *Creative Commons* Atribuição 2.5 Portugal⁴⁵.

⁴⁵ Disponível na WWW: <http://creativecommons.org/licenses/by/2.5/pt/>

5. Metodologia

5.1 Objetivos

O presente trabalho procura, justamente, abordar as questões que se prendem com a perceção que os autores/depositantes têm sobre o Estudo Geral, conhecer as atitudes e necessidades que manifestam relativamente a este sistema, procurando identificar o papel que desempenham, quer enquanto depositantes, quer enquanto utilizadores, e definir as estratégias possíveis para incrementar o autodepósito.

O *Estudo Geral*, que se entende como um alvo em movimento, requer desenvolvimento contínuo e medidas de acompanhamento que o orientem para responder à sua missão.

Para tal, e pretendendo avaliar a importância que os autores depositantes conferem ao repositório institucional da Universidade de Coimbra, definiram-se alguns indicadores, construídos com o propósito de tornar perceptível a informação a obter e que suportam a definição de metas e objetivos. Neste caso, os indicadores definidos foram:

- O depósito de documentos no Estudo Geral: os inquiridos têm trabalhos depositados e estão sensíveis aos princípios do acesso aberto? Consideram importante depositar no Estudo Geral? São sensíveis à publicação e divulgação da sua produção científica neste repositório?
Com esta questão procura apurar-se a perceção dos investigadores sobre o acesso aberto e a importância do repositório institucional na divulgação da produção científica (traduz o primeiro objetivo).
- A utilização do *Estudo Geral*: os inquiridos acedem e utilizam os conteúdos disponíveis neste repositório, e de forma regular?
Com esta questão procura apurar-se o comportamento informacional dos inquiridos face ao repositório institucional da UC (segundo objetivo).

- Identificação de perfis de autores/depositantes no Estudo Geral: como se caracteriza cada um dos perfis de utilização?

Com esta questão procura saber-se se é possível estabelecer perfis de utilização.

Pretende-se, com estes indicadores, avaliar a perceção que os autores depositantes têm do repositório da Universidade de Coimbra e as atitudes que demonstram relativamente à prática de depósito de documentos e de consulta dos conteúdos disponíveis no Estudo Geral.

- Como é que se vai saber: Aplicar um inquérito aos docentes e investigadores da Universidade de Coimbra, identificados como autores depositantes e, ao mesmo tempo, utilizadores do *Estudo Geral*;
- Resultados: Apresentar e analisar os resultados da aplicação desse inquérito estabelecendo diferentes perfis, em função dos comportamentos e das necessidades dos docentes e investigadores da Universidade de Coimbra;
- Identificar os benefícios e oportunidades que promovam a utilização do *Estudo Geral*;
- Reconhecer as barreiras e constrangimentos que impedem uma utilização mais eficiente, sugerindo propostas para as ultrapassar.

Estarão, de facto, os autores da Universidade de Coimbra dispostos a participar no seu repositório digital, procedendo ao autodepósito dos seus trabalhos (Borges, 2006), conforme manifestado?

No estudo de Maria Manuel Borges (2006) aplicou-se um inquérito aos investigadores ligados às Unidades de Investigação que fazem parte do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra (IIIUC) com o objetivo de analisar a abertura dos autores ao uso dos novos meios de comunicação científica, com destaque para a publicação e difusão da informação. Nesse trabalho abordou-se, de forma pioneira, o impacto do autoarquivo numa comunidade científica portuguesa e a autora conseguiu identificar a disposição para a comunidade

científica da Universidade de Coimbra participar no seu repositório digital, procedendo ao autodepósito dos seus trabalhos.

Este é um aspeto fundamental a ter em conta na análise dos resultados obtidos, em que se procura comparar os resultados de então com os de agora, já que a componente do depósito de publicações está intimamente ligada aos objetivos do Estudo Geral, procurando proporcionar condições que permitam aos docentes e investigadores fazerem do autoarquivo parte da sua actividade regular.

5.2 Instrumento de recolha de dados

Para a realização deste estudo definiu-se um instrumento de recolha de informação que abrangesse uma amostra significativa da população a estudar e permitisse obter um conjunto de respostas, a partir das quais fosse possível determinar a avaliação que os autores depositantes fazem do repositório científico da Universidade de Coimbra e estabelecer diferentes perfis de utilização.

O instrumento escolhido foi o inquérito, configurado num questionário que envolveu a recolha e a análise quantitativa dos dados.

Para a concretização deste estudo e elaboração do respectivo questionário delinear-se as etapas que tiveram em conta a escolha da população alvo, condicionada pelo tempo disponível para a execução deste trabalho.

5.2.1 Identificação da população

O universo em estudo reporta-se à Universidade de Coimbra, a mais antiga universidade portuguesa, criada por D. Dinis, em 1290⁴⁶, que se fixou definitivamente nesta cidade, no reinado de D. João III, em 1537. Integra oito Faculdades (Letras, Direito, Medicina, Ciências e Tecnologia, Farmácia, Economia, Psicologia e Ciências da Educação, Ciências do Desporto e Educação Física), totalizando, no ano letivo de 2009-2010⁴⁷, uma população estudantil de 21.510

⁴⁶ Informação consultada em “História da Universidade”. Disponível na WWW: <http://www.uc.pt/sobrenos/historia>. [Consult. 25 Junho 2012].

⁴⁷ Informação recolhida de “UC em números: Outubro de 2010”. Disponível na WWW: <http://www.uc.pt/sobrenos/dados/ucnumeros2010.pdf>. [Consult. 17 Agosto 2012].

alunos, 1.350 docentes e investigadores, 499 bolsistas de investigação e um total de 38 centros de investigação.

Distinguem-se diferentes tipos de utilizadores do Estudo Geral: autores/depositantes; operadores do sistema; e consumidores de informação, designados como utilizadores finais (leitores dos documentos arquivados) que, neste caso, podem ser internos ou externos à Universidade.

Os autores são um elemento essencial para o crescimento dos repositórios institucionais e garante do seu sucesso, devendo ser motivados a realizar o depósito da sua produção científica, sendo uma das dificuldades mais reportadas, a da falta do seu envolvimento enquanto produtores dos resultados de investigação. Os autores, como produtores ou como consumidores de informação, deveriam ser os primeiros a manifestar interesse pelos repositórios institucionais e pelos benefícios mais imediatos que daí poderão retirar. Os repositórios podem ser um importante meio de contribuir para o aumento da visibilidade, acesso, utilização e impacto dos resultados da investigação, promovendo o progresso da ciência, e representam, adicionalmente, uma melhoria e eficiência da monitorização, avaliação e gestão da actividade científica (Rosa & Gomes, 2010).

Pretendendo obter informação alusiva às perceções e atitudes dos autores da produção científica da Universidade de Coimbra, consideraram-se, então, os docentes e investigadores como população alvo para a aplicação do inquérito, atendendo aos diferentes modos de interacção com o Estudo Geral e aos vários cenários de utilização. Assim, a população envolvida no estudo constitui a totalidade de docentes e investigadores que estão associados à Universidade de Coimbra. De acordo com os dados fornecidos pelo Serviço de Recursos Humanos existem, à data do pedido da informação⁴⁸, 1519 docentes e 85 investigadores, num total de 1604 elementos.

⁴⁸ Dados remetidos pelo Serviço de Gestão de Recursos Humanos da Universidade de Coimbra, por correio eletrónico, a 5 de Junho de 2012.

5.2.2 Estrutura do questionário

Na preparação do questionário, optou-se por criar um conjunto de questões simples, claras e específicas, tendencialmente questões fechadas para facilitar a sua resposta, mantendo algumas abertas para possibilitar mais informação. Durante a conceção deste instrumento consideraram-se diferentes grupos de variáveis, com a finalidade de recolher dados alusivos quer à identificação dos utilizadores, quer à forma como interagem com o repositório, organizadas de forma coerente e lógica, correspondendo aos objetivos e indicadores definidos para o trabalho. Houve, ainda, a preocupação de adotar um esquema atrativo e com dimensões reduzidas, evitando demasiadas questões, de modo a acautelar o abandono do seu preenchimento.

O questionário aos autores organizou-se em três grupos de questões que se relacionavam com: o depósito de documentos (primeiro objetivo); o acesso e utilização da informação (segundo objetivo); os dados pessoais e a caracterização dos inquiridos (estabelecimento de perfis de utilização). Para algumas das questões, em particular as que procuravam apreender as opiniões dos inquiridos, usou-se a escala de *Likert*, construindo uma matriz de afirmações, e solicitando aos inquiridos que escolhessem a categoria de resposta que mais se enquadrasse na sua opinião.

Para a identificação dos utilizadores depositantes tiveram-se em conta aspectos relacionados com o género, idade, formação académica, categoria na carreira, área de investigação e unidade orgânica ou unidade de investigação a que pertencem. Na escolha do quadro de classificação das áreas de investigação, optou-se pelo esquema usado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)⁴⁹ para a organização dos domínios científicos, pelo facto de ser uma tabela utilizada em vários estudos e bem conhecida do público-alvo.

Para avaliar o depósito de documentos questionou-se a tipologia de documentos depositados; pediu-se a avaliação de aspetos relacionados com: a Política de Acesso Livre da UC; o processo de depósito (complexidade, usabilidade,

⁴⁹ Disponível na WWW: <http://www.fct.mces.pt/projectos/concursos/antigos/anexo.pdf>. [Consult. 25 Junho 2012].

duração e informação de apoio disponibilizada); a percepção do impacto do *Estudo Geral* na visibilidade, divulgação, facilidade de acesso e utilização da produção científica própria, seja ele o observado ou o esperado. As vantagens relacionadas com a divulgação e a facilidade de acesso, e a compreensão dos receios e desvantagens associadas ao depósito, como o risco de plágio, a utilização de conteúdos sujeitos a copyright, o impacto em futuras publicações e a utilização de conteúdos considerados sensíveis, por motivos políticos, religiosos, comerciais ou dados pessoais, também foram tidas em conta na preparação e conceção das questões.

Para avaliar o acesso ao repositório, questionaram-se as formas de contacto com o *Estudo Geral* (de que forma habitualmente se acede a este repositório, como é que se conheceu e/ou estabeleceu ligação) e qual a frequência de utilização.

Para compreender de que forma este repositório é utilizado e como é que se integra nas práticas de estudo e investigação dos seus utilizadores, procurou-se apurar qual o grau de confiança do seu conteúdo, que tipo de informação é pesquisada, como avalia a sua utilização e qual a centralidade atribuída ao *Estudo Geral*, enquanto recurso de informação.

Com as figuras seguintes (fig. 1, 2 e 3) explicita-se a estrutura o questionário, em cada uma das partes que o compõem.

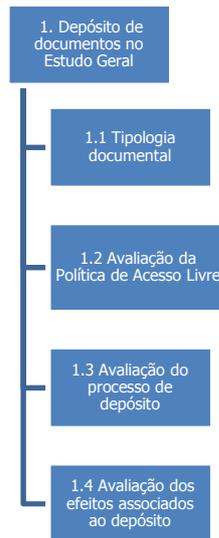


Figura 1 - Estrutura do questionário: 1ª parte: depósito de documentos no Estudo Geral

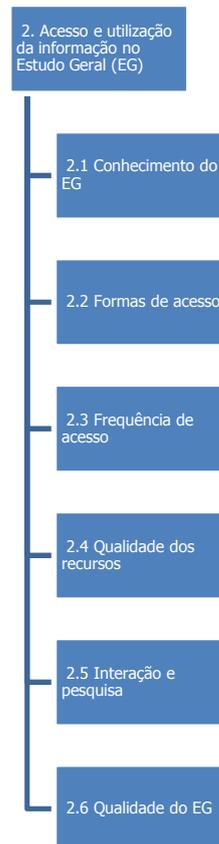


Figura 2 - Estrutura do questionário: 2ª parte: acesso e utilização da informação no Estudo Geral



Figura 3 - Estrutura do questionário: 3ª parte: caracterização dos inquiridos

5.2.3 Recolha de dados

A última componente desta proposta especificou um modelo de recolha de dados que atendesse à especificidade do público-alvo considerado para este estudo, a comunidade de autores depositantes da Universidade de Coimbra.

O meio escolhido para a aplicação deste questionário foi o ambiente eletrónico, utilizando uma ferramenta de questionário *on-line*, *SurveyMonkey*⁵⁰.

Antes do envio do questionário, a validação do instrumento de recolha foi observada junto de um grupo reduzido de técnicos e de utilizadores do *Estudo Geral* – investigadores e docentes da Universidade de Coimbra – para aferir as questões colocadas. Com este procedimento pretenderam-se introduzir todas as correções possíveis que melhorassem o questionário e o preparassem para a versão final.

O envio deste instrumento foi realizado por correio eletrónico, com o apoio institucional da reitoria da Universidade, através do seu Vice-Reitor para a Investigação e da Diretora do Instituto de Investigação Interdisciplinar (IIIUC), remetido para as listas de contactos de docentes e investigadores da Universidade, de forma a assegurar o maior número possível de respostas.

Definiu-se como período de disponibilização *online*, através do sistema *SurveyMonkey* (envio e receção de respostas ao inquérito), o mês de Maio de 2012, tendo decorrido três períodos de solicitação à participação: o primeiro a 7 de Maio; o segundo a 15 de Maio e o terceiro a 20 de Maio, abrangendo todos os docentes e investigadores da UC.

⁵⁰ Disponível na WWW: <http://pt.surveymonkey.com>

Após o termo do prazo determinado, a 1 de Junho de 2012, o acesso ao *link* do inquérito foi encerrado e as respostas foram recolhidas e analisadas.

6. Dados do questionário e análise dos resultados

6.1 Dados do questionário

A população abrangida no estudo, conforme já referido, é constituída pela totalidade de docentes e investigadores da Universidade de Coimbra, sendo o seu número de 1604 elementos.

O inquérito foi disponibilizado em linha durante o mês de Maio de 2012, com uma percentagem de respostas consideradas válidas de 9,2%.

Tabela 1 - Estatísticas do questionário

Dimensão da população	1604
Número de respostas completas obtidas ao questionário	147
Número de respostas obtidas ao questionário (<i>deadline</i> inicial)	63
Número de respostas obtidas ao questionário (<i>deadline</i> final)	101
Número de respostas abandonadas	0
Número de respostas iniciadas mas incompletas	17
Taxa de resposta considerada válida	9,2%
Tempo médio para completar o questionário	5 Minutos

6.2 Caracterização dos inquiridos

Da análise das respostas, constata-se que a maioria dos inquiridos é do sexo masculino (64,2%) e 35,8% do sexo feminino. Esta distribuição é muito próxima dos números⁵¹ publicados pela Universidade de Coimbra, relativos à distribuição por género dos docentes e investigadores, no ano 2009-2010, e que regista 61,9% homens e 38,1% mulheres. Também se enquadra nos resultados apresentados em anteriores estudos sobre a comunidade científica da Universidade de Coimbra (Borges, 2006).

⁵¹ Informação publicada em "UC em números: Outubro de 2010". Disponível na WWW: <http://www.uc.pt/sobrenos/dados/ucnumeros2010.pdf>, pp.56. [Consult. 1 Set. 2012].

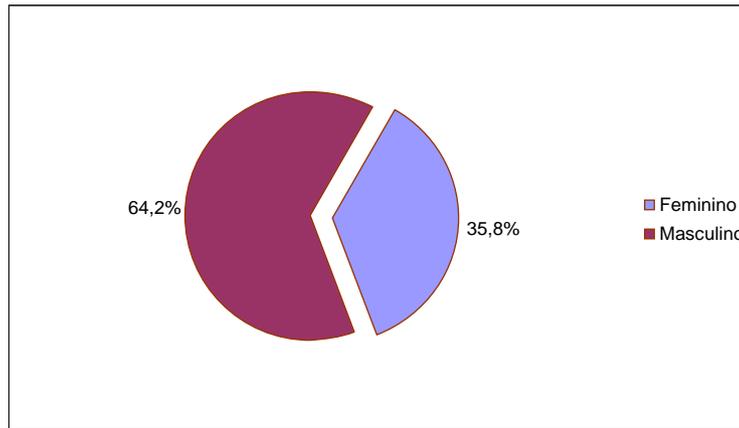


Figura 4 -Sexo (n=134)

Relativamente à idade, as respostas foram agrupadas em cinco escalões etários e os resultados indicam que a maioria dos respondentes tem entre 40 e 49 anos (42,3%), seguindo-se a faixa etária dos 30 aos 39 anos (25,4%) e dos 50 aos 59 anos (20%). Nos extremos ficam os respondentes com idade igual a 60 anos ou mais (9,2%), e os com idade inferior a 30 anos (3,1%).

Estes dados correspondem aos dados publicados pela UC (2010), registando taxas muito próximas nas faixas etárias de topo (9,9%) e de base (3,1%), e, ainda que se concentrando na categoria 40-49 anos (38,2%), os valores das restantes categorias são mais altos (27,1% para a faixa de 50 a 59; e de 21,7% para a faixa de 30 a 39). Em relação ao estudo de Borges (2006), a alteração traduzida por este resultado é a do envelhecimento da população inquirida, aumentando a percentagem de respostas nos escalões etários mais elevados.

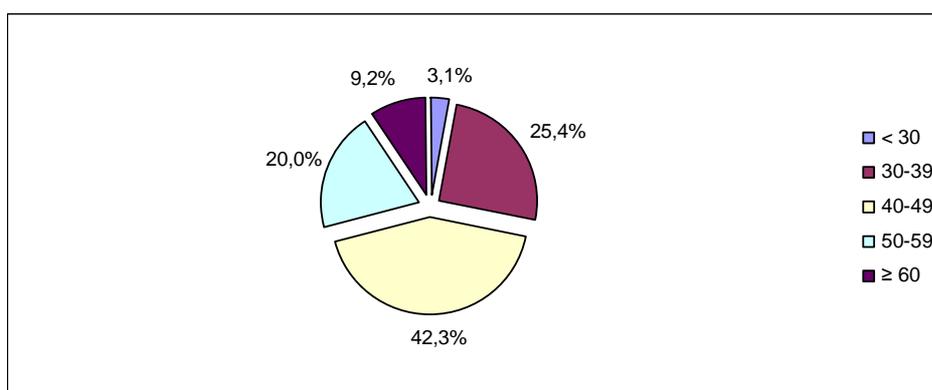


Figura 5 - Idade (n=130)

Nos dados respeitantes à formação académica, a distribuição é a seguinte: Doutoramento (75,7%), Mestrado ou equivalente (15%), Especialização e

Licenciatura (ambos com 0,7%) e Outra (7,9%). À maioria dos inquiridos, que possuem o grau de doutor, é possível acrescentar algumas das respostas obtidas em “Outra”, como é o caso das agregações, que representam 4,3% do valor indicado (cf. Anexo B, questão 3.3).

Comparando com a informação publicada, o valor agora registado para a taxa de doutorados é muito próximo dos 79,2% apresentados pela UC (2010) e, em relação a Borges (2006), apresenta um aumento significativo deste grau, que registava, então, uma percentagem de 49%, e um valor inferior em todos os restantes graus.

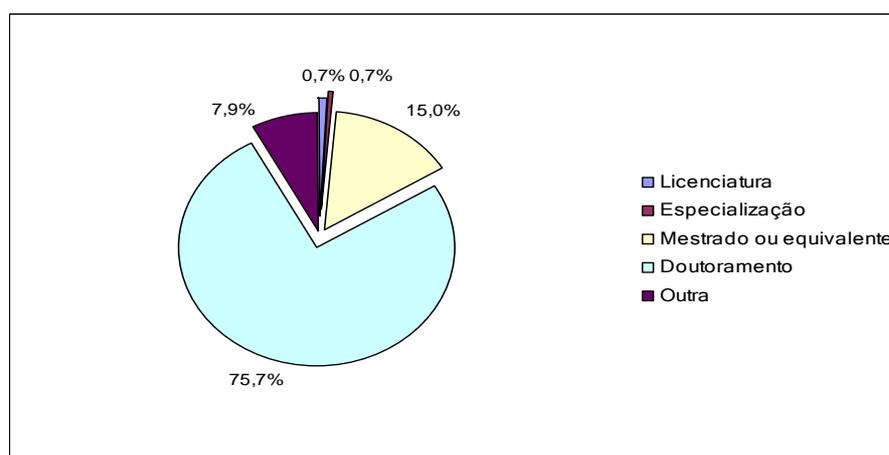


Figura 6 - Formação académica (n=140)

No que respeita à categoria na carreira docente ou de investigação, na sua maioria, os respondentes detêm a categoria de professor auxiliar (49,3%), seguida das categorias de professor associado com agregação (10,4%), professor catedrático (9,7%), alunos de ciclos avançados (7,5%), investigadores auxiliares (6,7%), assistentes e leitores (4,5%), professor auxiliar com agregação (3%) e, de forma menos expressiva, a categoria de investigador auxiliar com habilitação ou agregação (0,7%). Esta distribuição é um pouco diferente da observada nos dados da UC (2010), mas no que respeita à categoria de professor auxiliar, esta mantém-se como a mais representativa, com um valor próximo (41,3%). Também no estudo de Borges (2006) a categoria de professor auxiliar é a mais referida, mas com uma percentagem bastante inferior (24%); também o número de inquiridos que indicam uma categoria ligada à investigação (alunos de ciclos avançados e investigadores auxiliar) aumenta, somando agora 19,4% do total das respostas obtidas.

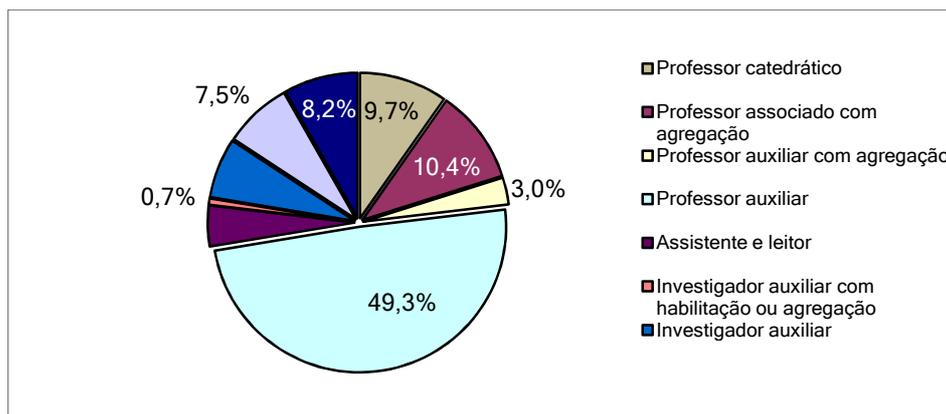


Figura 7 - Categoria na carreira docente ou de investigação (n=134)

Relativamente ao domínio de investigação e áreas científicas em que desenvolvem a sua atividade, as respostas, que se apresentam na Tabela 2, são aquelas que correspondem às categorias definidas no esquema de classificação da FCT. Fazendo uma agregação destes dados pelos domínios científicos, torna-se mais fácil a leitura dos resultados.

O domínio mais representado é o das Ciências Sociais (27,0%), seguido do das Ciências da Saúde (15,5%), Artes e Humanidades (14,2%), Engenharia e Tecnologia (11,5%), Ciências Exatas (10,8%) e Ciências Naturais e do Ambiente (4,7%).

É interessante constatar que os respondentes ao estudo de Borges (2006, p. 229-230) se distribuem de um modo diferente, registando algumas alterações importantes, sobretudo em relação ao domínio científico de Engenharia e Tecnologia, que foi a mais representativa nesse estudo (30%), e aqui apresenta um valor bastante inferior; as Ciências Sociais mostravam um valor igual ao agora obtido (27%), mas as Ciências da Saúde apresentam uma percentagem superior de respostas (10%), assim como as Artes e Humanidades (8%); o domínio das Ciências Exatas desceu (12%) e o das Ciências Naturais e do Ambiente estava bastante mais representado no estudo anterior (12%).

Tabela 2 - Distribuição por domínio e área científica (N= 124)

Domínio e Área científica (FCT)	Frequência (N)	%
Ciências Sociais (subtotal)	40	27,0
Psicologia	7	4,7
Ciências da Comunicação	6	4,1
Geografia	6	4,1
Ciências Jurídicas	5	3,4
Economia	4	2,7
Antropologia	3	2,0
Ciências da Educação	3	2,0
Sociologia	5	3,4
Ciências Políticas	1	0,7
Ciências da Saúde	23	15,5
Ciências Exatas (subtotal)	16	10,8
Química	9	6,0
Matemática	5	3,4
Física	2	1,4
Artes e Humanidades (subtotal)	21	14,2
História e Arqueologia	8	5,4
Estudos Literários	7	4,7
Arquitetura e Urbanismo	3	2,0
Linguística	2	1,4
Estudos Artísticos	1	0,7
Engenharias e Tecnologia (subtotal)	17	11,5
Engenharia Mecânica	6	4,1
Engenharia Química	5	3,4
Engenharia Civil e de Minas	4	2,7
Engenharia Eletrotécnica e Informática	2	1,4
Ciências Naturais e do Ambiente (subtotal)	7	4,7
Ciências Biológicas	5	3,4
Ciências da Terra, do Mar e da Atmosfera	2	1,4
Total	124	83,8
Outras respostas (fora da FCT)	24	16,2
Total	148	100,0

As respostas obtidas sobre a Unidade Orgânica (UO) ou Departamento a que pertence mostram o resultado que se apresenta na Tabela 3, em que os respondentes assinalaram a sua unidade orgânica e, no caso da Faculdade de Letras e da Faculdade de Ciências e Tecnologia, o departamento respetivo. É patente a proximidade do número de respostas entre as várias UO, à exceção das duas já referidas que registam, na globalidade, números bastante superiores. Assim, na UO de Ciências e Tecnologia regista-se um total de 33% respostas, e na UO de Letras regista-se um total de 22% respostas. As Faculdades de Economia e de Ciências do Desporto registam 7,9% das

respostas; as de Medicina e Psicologia, 6,3% e a de Farmácia e de Direito, totalizam 4,7% e 3,1%, respectivamente.

Tabela 3 - Distribuição por Unidade Orgânica e Departamento (N= 136)

Unidade de investigação	Respostas (N)	%
Faculdade de Ciências e Tecnologia (subtotal)	42	33
Departamento de Ciências da Vida	8	6,3
Departamento de Química	7	5,5
Departamento de Engenharia Mecânica	6	4,7
Departamento de Engenharia Química	5	3,9
Departamento de Engenharia Civil	4	3,1
Departamento de Matemática	4	3,1
Departamento de Física	3	2,4
Departamento de Arquitetura	2	1,6
Departamento de Ciências da Terra	2	1,6
Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores	1	0,8
Faculdade de Letras (subtotal)	28	22
Faculdade de Letras (<i>apenas referência à UO</i>)	12	9,4
Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas	8	6,3
Departamento de Geografia	4	3,1
Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação	3	2,4
Departamento de História, Arqueologia e Artes	1	0,8
Faculdade de Economia	10	7,9
Faculdade Ciências do Desporto e da Educação Física.	10	7,9
Faculdade de Medicina	8	6,3
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação	8	6,3
Faculdade de Farmácia	6	4,7
Faculdade de Direito	4	3,1
Outra	20	8,7
TOTAL	136	100,0

Relativamente à representatividade das Unidades de Investigação a que cada respondente pertence, o resultado da tabela seguinte evidencia que as 123 respostas obtidas se distribuem por 40 centros de investigação, sendo os mais representativos: o Centro de Estudos Sociais (12,2%), o Centro de Neurociências de Coimbra (9,8%), o Centro de Investigação do Desporto e da Atividade Física (7,3%) e o Centro de Estudos Interdisciplinares do séc. XX (6,5%). Todos os restantes centros de investigação referidos registam uma variação que vai dos 0,8% aos 4,9%. Convém referir que nesta distribuição se teve em conta as respostas que registadas em “Outra”, indicavam o respetivo centro.

Tabela 4 - Distribuição por unidade de investigação (N= 123)

Unidade de investigação	Respostas (N)	%
Centro de Estudos Sociais (CES)	15	12,2
Centro de Neurociências de Coimbra (CNC)	12	9,8
Centro de Investigação do Desporto e da Actividade Física (CIDAF)	9	7,3
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20)	8	6,5
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)	6	4,9
Centro de Química (CQ)	6	4,9
Centro de Investigação em Engenharia dos Processos Químicos e dos Produtos da Floresta (CEEPQPF)	5	4,1
Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Vocacional e Social (IPCDVS)	5	4,1
Centro de Literatura Portuguesa (CLP)	4	3,3
Centro de Matemática da Universidade de Coimbra (CMUC)	4	3,3
Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI)	3	2,4
Centro de Estudos Farmacêuticos (CEF)	3	2,4
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (CECH)	3	2,4
Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS)	3	2,4
Centro de Pneumologia da Universidade de Coimbra (CPUC)	3	2,4
Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra (INESC)	3	2,4
Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA)	2	1,6
Centro de Estudos de Materiais por Difração de Raios X (CEMDRX)	2	1,6
Centro de Engenharia Mecânica da Universidade de Coimbra (CEMUC)	2	1,6
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP)	2	1,6
Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF)	2	1,6
Centro do Mar e Ambiente (IMAR)	2	1,6
Centro de Investigação em Meio Ambiente, Genética e Oncobiologia (CIMAGO)	2	1,6
Centro de Ecologia Funcional (CFE)	2	1,6
Centro de Investigação em Engenharia Civil (CIEC)	1	0,8
Centro de Física Computacional (CFC)	1	0,8
Centro de Instrumentação (CI)	1	0,8
Instituto Biomédico de Investigação da Luz e Imagem (IBILI)	1	0,8
Química Física Molecular (QFM)	1	0,8
Centro de Estudos de Materiais por Difracção de Raios-X (CEMDRX)	1	0,8
Centro de Investigação do Desporto e da Actividade Física (CIDAF)	1	0,8
Instituto para a Sustentabilidade e Inovação em Estruturas de Engenharia (ISISE)	1	0,8
Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo Comportamental da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (CINEICC)	1	0,8
Outro (sem indicar qual)	6	4,9
Total	123	100,0

6.3 Atitudes sobre o depósito de documentos no Estudo Geral

Este grupo de questões iniciais procura identificar o material depositado, os aspetos associados à *Política de Acesso Livre da UC*, os relacionados com o autodepósito e os que se referem aos efeitos que resultam do depósito.

Assim, nas respostas obtidas ao tipo de documentos que, da sua autoria, se encontravam depositados no Estudo Geral, as respostas incidiram, maioritariamente, nas teses de doutoramento (56,5%), seguindo-se os artigos em revistas internacionais (51,7%), artigos em revistas nacionais (41,5%), artigos ou resumos em livros de atas (35,4%), dissertações de mestrado (34%), publicações pedagógicas (12,2%) e relatórios técnicos (6,1%). Este resultado vai ao encontro do que foi sugerido pelos autores da UC no estudo de Borges (2006, 256), quando questionados sobre o material a incluir num repositório.

As respostas a “Outro” (10,9%) previa que se especificasse o tipo de documento, tendo sido referidas as comunicações orais e posters, os *working papers*, os resumos de teses, as traduções anotadas e outra produção no âmbito de seminários de mestrado.

Para além destas, indica-se a documentação que respeita a provas de agregação e a concursos de progressão na carreira docente, que sendo depositadas na mesma plataforma do Estudo Geral (EG), se encontram em coleções distintas, de acesso restrito, acessíveis apenas a candidatos e a elementos de júri. Nestas respostas subentende-se que vários dos respondentes já integraram júris, ou foram candidatos, de provas de agregação ou de procedimentos concursais para docentes, e reconhecem o EG como sendo a plataforma onde se depositam estes documentos.

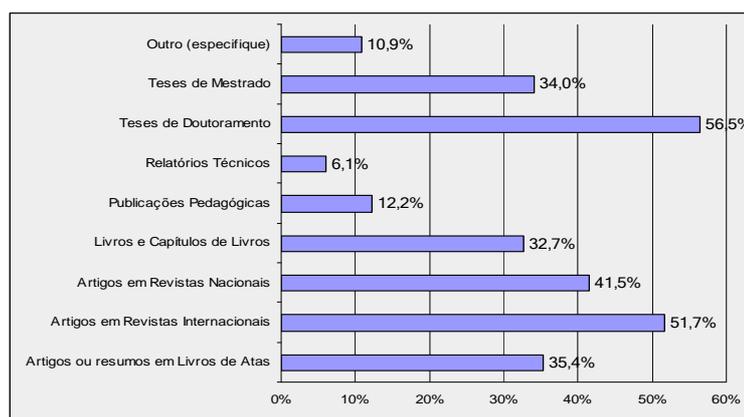


Figura 8 - Tipologia documental dos depósitos no EG (n=147)

A questão sobre a avaliação dos aspetos associados à Política de Acesso Livre da UC destinava-se a averiguar: qual o conhecimento que os autores têm desta política e se consideram que a sua divulgação é eficaz; se sabem de que modo se aplica; e qual a perceção que têm sobre a concessão, sem exclusividade, à Universidade de Coimbra, do direito de arquivar e divulgar a sua produção científica no repositório institucional. Para tal, definiu-se, na Tabela 5, uma escala de *Likert* com 5 pontos (1= Muito má... 5=Muito boa) tendo os inquiridos assinalado, no que se refere ao primeiro item considerado (o conhecimento e divulgação da Política), maioritariamente as categorias 3 e 4, (que apresentam a mesma percentagem, 34%), com a média de 3,28 e o desvio-padrão de 1,05. A concentração verifica-se, assim, no ponto neutro da escala com uma inclinação positiva.

Do mesmo modo, para a aplicação da Política de Livre Acesso, que concorre para as mesmas categorias (37,4% na categoria 3, e 34% na categoria 4), com a média de 3,41 e o desvio padrão igual à unidade, registando, de novo, uma convergência no ponto neutro, com inclinação positiva.

Finalmente, sobre a concessão feita à UC, regista-se a média de 3,66 e o desvio padrão de 1,03, convergindo as respostas para a categoria 4 (37,4%), correspondendo a uma avaliação positiva deste item.

Tabela 5 - Avaliação sobre os aspetos associados à Política de Acesso Livre da UC
[1=Muito mau; 2=Mau; 3=Nem mau, nem bom; 4=Bom; 5=Muito bom]

Aspetos associados à Política de Acesso Livre da UC	Frequência (N)	Média	Desvio padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
A divulgação /conhecimento que tem da "Política de Livre Acesso da UC"	147	3,28	1,05	10 (6,8)	21 (14,3)	50 (34,0)	50 (34,0)	16 (10,9)
A aplicação da "Política de Livre Acesso da UC"	147	3,41	1,00	7 (4,8)	15 (10,2)	55 (37,4)	50 (34,0)	20 (13,6)
A concessão sem exclusividade à UC do direito de arquivar e divulgar a sua produção científica	147	3,66	1,03	8 (5,4)	6 (4,1)	46 (31,3)	55 (37,4)	32 (21,8)

Parece, assim manifestar-se, neste conjunto de respostas, uma perceção que se concentra num ponto neutro nos primeiros dois itens e num ponto positivo, no terceiro item. No caso do primeiro item, ainda é expressivo o conjunto de respostas negativas, num total de 21,1%, cuja percentagem vai reduzindo nos itens seguintes (um total de 15% na Aplicação e de 9,5% na Concessão), do mesmo modo que a perceção positiva vai aumentando (10,9%, 13,6% e 21,8%), sendo que o aspeto associado à concessão sem exclusividade à UC do direito de arquivar e divulgar a sua produção científica é encarado de modo francamente positivo. Estes resultados permitem dizer que a divulgação e conhecimento da Política de Livre Acesso, assim como a aplicação dessa Política, necessitam de ser melhoradas, embora revele algum conhecimento. E há que fazer um esforço adicional de divulgação deste documento e da forma como ele é utilizado para que os docentes e investigadores entendam a sua utilidade.

Relativamente às questões sobre o depósito de documentos no Estudo Geral, procurava-se apurar a perceção dos aspetos relacionados com a compreensão dos dados a preencher durante o depósito; a simplicidade e facilidade dos procedimentos do autodepósito; a duração do processo; e as ajudas e informações de apoio, registando-se os resultados na Tabela 6.

Constata-se que as percentagens mais elevadas das respostas se concentram no ponto 3 da escala definida para cada um dos itens questionados, com percentagens de 40,1% para a compreensão dos dados a preencher durante o depósito; 46,3% para a facilidade dos procedimentos do autodepósito; 50,3%

para a duração do processo; e 46,3%, para as ajudas e informações de apoio. A média oscila entre o 3,31 e 3,33, e o desvio-padrão é inferior à unidade. O refúgio no ponto neutro, apesar da inclinação positiva, pode significar que um conjunto importante de respondentes não deposita directamente a sua produção, não estando suficientemente familiarizado com o processo de depósito. Estes resultados demonstram, por outro lado, que o processo técnico do depósito não é impeditivo, nem representa um obstáculo para a promoção do Estudo Geral e da prática do autodepósito, embora haja lugar para melhoramentos e para o aperfeiçoamento, que se deve entender como contínuo, num serviço desta natureza.

Tabela 6 - Avaliação sobre os aspetos associados ao depósito de documentos no Estudo Geral [1=Muito mau; 2=Mau; 3=Nem mau, nem bom; 4=Bom; 5=Muito bom]

Aspetos associados ao depósito de documentos no Estudo Geral	Frequência (N)	Média	Desvio Padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
A compreensão dos dados a preencher durante o autodepósito	147	3,31	0,98	10 (6,8)	11 (7,5)	59 (40,1)	57 (38,8)	10 (6,8)
A simplicidade e facilidade de uso dos procedimentos de autodepósito	147	3,33	0,91	7 (4,8)	11 (7,5)	68 (46,3)	48 (32,7)	13 (8,8)
A duração do processo de autodepósito	147	3,24	0,81	5 (3,4)	14 (9,5)	74 (50,3)	48 (32,7)	6 (4,1)
As ajudas/Informação de apoio ao autodepósito de documentos	147	3,26	0,93	8 (5,4)	14 (9,5)	68 (46,3)	46 (31,3)	11 (7,5)

A terminar este primeiro grupo de questões, apresentam-se na Tabela 7, aqueles que se prendem com os efeitos do depósito, em que as respostas evidenciam tendências diferentes, consoante os efeitos se consideram positivos ou negativos. Nesse sentido, a informação respeita ao entendimento que os autores têm sobre questões relacionadas com o depósito de documentos, e que se traduzem numa perceção positiva – como seja a facilidade de acesso à produção científica, a divulgação acrescida, o aumento da sua visibilidade e do impacto no número de citações – ou numa perceção negativa – o que pode ocorrer com o impacto em futuras publicações, com o aumento do risco de plágio, o uso indevido de conteúdos sujeitos a copyright ou, ainda, a exposição e utilização de informação sigilosa ou de conteúdo sensível.

Nas respostas obtidas, constata-se que o entendimento que existe sobre o aumento da frequência de depósito se concentra num ponto neutro (56,9%), com uma inclinação positiva, ainda que se considere que a divulgação acrescida da produção científica depositada é eficaz e que a facilidade de acesso a esta literatura assume interesse significativo (46,6% e 45,5%, respectivamente, no ponto 4), com uma média de 3,78 e 3,87, e o desvio padrão inferior à unidade, o que confirma a importância atribuída pelos autores à disponibilização da informação científica em acesso aberto e à sua difusão no Estudo Geral, sustentando resultados obtidos em anteriores estudos (Borges, 2006). O aumento da visibilidade da produção científica é percebido como positivo (47,3%), mas este resultado não traduz a mesma percepção relativamente ao impacto no número de citações, que está mais próximo da categoria neutra (43,4%), embora com uma oscilação claramente positiva (35% das respostas na classe 4). Estes resultados parecem demonstrar que os autores não percebem um aumento no número de depósitos efetuado, embora considerem que a facilidade de acesso e a divulgação da sua produção beneficiam com o facto de os seus documentos estarem depositados. Do mesmo modo, consideram como positivo o aumento da visibilidade da sua produção, mas sem que esta esteja diretamente relacionada com o impacto no número de citações da sua produção.

Relativamente ao impacto em futuras publicações, não parece constituir uma barreira ao depósito, já que o número de respostas a esta preocupação se concentra na categoria 3 (46,2%), com uma inclinação positiva. O aumento do risco da utilização de conteúdos sujeitos a copyright representa uma preocupação para os autores, que percebem este aspeto de forma neutra, com uma inclinação negativa (48,6% na classe 3 e 22,9% na 2). A avaliação para o risco de plágio concentra-se, igualmente, no ponto intermédio da escala (49%), com uma inclinação negativa (23,8% no ponto 2). Os resultados confirmam que o risco de plágio é um efeito percebido como estando associado ao depósito da produção científica, e que aumenta este risco, ainda que estes resultados assumam valores inferiores aos verificados anteriormente (Borges, 2006). Do mesmo modo, existe a percepção do aumento do risco de utilização de conteúdos sensíveis, com as respostas a concentrarem-se no nível intermédio da escala (56,9%) e, de novo, com uma tendência negativa, com uma média de 2,68 e um desvio padrão de 0,99.

Tabela 7 - Avaliação sobre os efeitos associados ao depósito de documentos no Estudo Geral
[1=Muito mau; 2=Mau; 3=Nem mau, nem bom; 4=Bom; 5=Muito bom]

Aspetos associados aos efeitos do depósito de documentos no Estudo Geral	Frequência (N)	Média	Desvio Padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
O aumento da frequência de depósito	144	3,31	0,84	7 (4,9)	4 (2,8)	82 (56,9)	40 (27,8)	11 (7,6)
A divulgação acrescida da sua produção científica	146	3,78	0,88	3 (2,1)	6 (4,1)	40 (27,4)	68 (46,6)	29 (19,9)
A facilidade de acesso à sua produção científica	145	3,87	0,93	4 (2,8)	6 (4,1)	32 (22,1)	66 (45,5)	37 (25,5)
O aumento da visibilidade da sua produção científica	146	3,79	0,88	3 (2,1)	6 (4,1)	39 (26,7)	69 (47,3)	29 (19,9)
O impacto no número de citações da sua produção científica	145	3,50	0,87	3 (2,1)	9 (6,2)	63 (43,4)	52 (35,9)	18 (12,4)
O impacto em futuras publicações	145	3,48	0,84	4 (2,8)	6 (4,1)	67 (46,2)	53 (36,6)	15 (10,3)
O aumento do risco de utilização de conteúdos sujeitos a copyright	144	2,76	0,96	16 (11,1)	33 (22,9)	70 (48,6)	19 (13,2)	6 (4,2)
O aumento do risco de plágio	143	2,64	0,94	20 (14,0)	34 (23,8)	70 (49,0)	15 (10,5)	4 (2,8)
O aumento do risco de utilização de conteúdos sensíveis (políticos, comerciais, de dados pessoais)	144	2,68	0,99	18 (12,5)	28 (19,4)	82 (56,9)	14 (9,7)	2 (1,4)

6.4 Atitudes sobre o acesso e utilização da informação no Estudo Geral

No segundo grupo de perguntas, relativas à utilização do Estudo Geral, questionam-se as formas de contacto, os pontos de acesso, a frequência de uso, a pesquisa, os motivos de utilização e, no final, os aspetos relacionados com a utilização deste repositório.

É interessante constatar que as respostas à questão sobre a forma como tomou conhecimento do Estudo Geral indicam que foi através de um colega ou amigo (27,6%), seguida da que obteve através de publicidade ou folheto (20,4%), de uma sessão, workshop ou conferência (17,1%), de um motor de pesquisa (16,5%), do portal RCAAP (13,1 %) e, finalmente, através de citação ou referência bibliográfica (5,8%). Estes resultados justificam que a comunicação informal, entre colegas, representa um aspeto importante na promoção do Estudo Geral, e que vai de encontro aos valores obtidos no estudo de Borges (2006, 249), quando colocada a questão sobre o modo como os inquiridos tomaram conhecimento dos conceitos e exemplos ligados ao Open Access, numa altura em que o repositório ainda não existia.

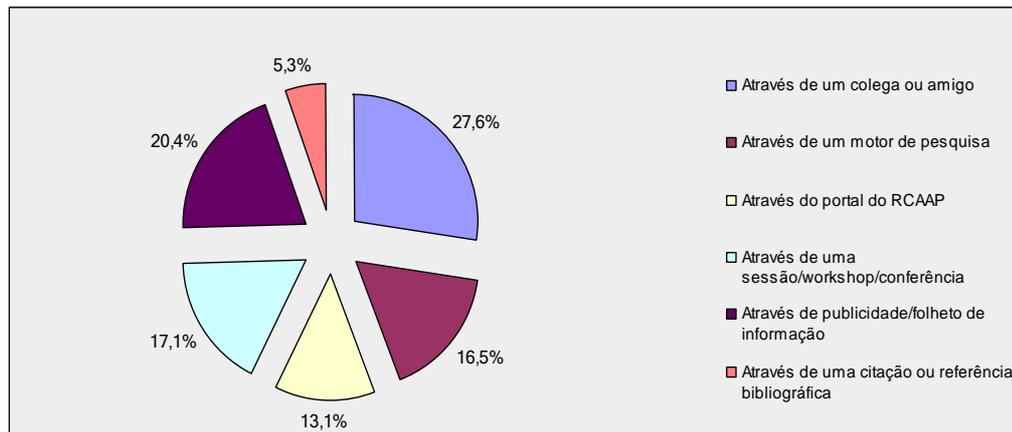


Figura 9 - Formas de contacto com o Estudo Geral (n=136)

No que se refere aos pontos de acesso ao Estudo Geral, constata-se que as respostas nomearam, maioritariamente o acesso através da página Web da UC, da biblioteca ou do departamento (43,1%), seguida da pesquisa por nome num motor de pesquisa (30,4%), da colocação do seu endereço URL para aceder diretamente ao *site* (13,3%), marcado como favorito (8,9%) e, por último, através de *link* na página pessoal (4,4%), conforme se pode observar na Figura 12. Tal resultado indica que, para muitos dos respondentes, o Estudo Geral está fortemente associado à instituição e se identifica com a UC, sua detentora.

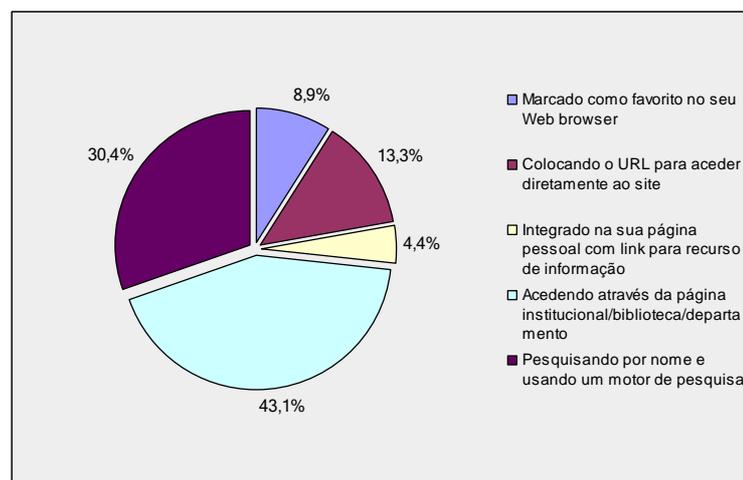


Figura 10 - Ponto de acesso habitual ao Estudo Geral (n=136)

Quanto à frequência de acesso, e de acordo com a Figura 13, o mais habitual é aceder três a quatro vezes por ano (44,1%), seguida de duas três vezes por mês (23,5%), uma vez por ano (20,6%), pelo menos um vez por semana (8,1%) e “outra” (3,7%). Este resultado mostra que o Estudo Geral pode sofrer um aumento na

frequência da sua utilização por parte dos autores, e que ainda há necessidade de reforçar a importância da sua utilização junto dos docentes e investigadores, enquanto depositantes e pesquisadores.

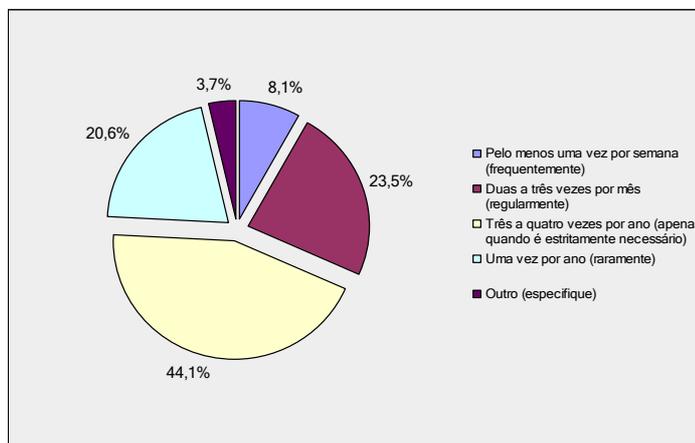


Figura 11 - Frequência de acesso ao Estudo Geral (n=136)

Na Figura 14 indicam-se os motivos que levam à utilização do Estudo Geral, surgindo, em primeiro lugar, o conhecimento sobre a produção científica de um determinado docente ou investigador (26,5%); segue-se o apoio à escrita de artigos e trabalhos de investigação (24,9%), o apoio à realização de trabalhos académicos (23,7%), o dar a conhecer aos alunos (14%), e o recuperar materiais a utilizar no ensino (7,4%), referindo, também, a recuperação e uso de imagens, mapas, diagramas e outros recursos visuais (3,5%). Os resultados confirmam, por um lado, que este recurso de informação é percecionado como vantajoso para identificar a produção científica do corpo académico da instituição, aspeto importante a ter em conta em futuros desenvolvimentos do Estudo Geral; e, por outro, que é valorizado como um recurso de apoio à investigação e ao ensino.

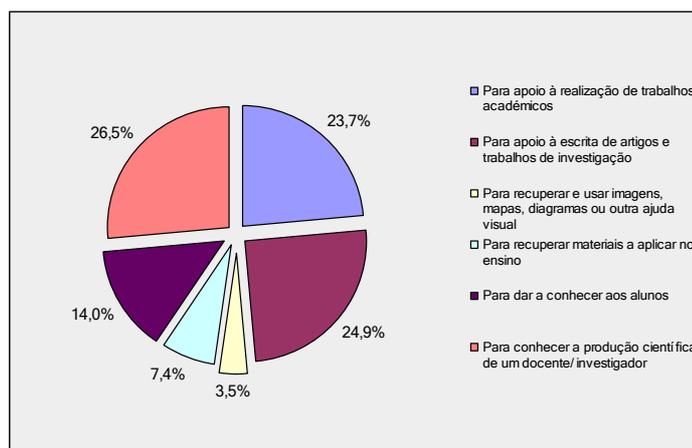


Figura 12 - Motivos de utilização do Estudo Geral (n=136)

Questionados sobre a informação que pesquisam no Estudo Geral, e conforme se visualiza na Figura 15, as categorias de informação mais pesquisadas são o autor (41,1%), o assunto (31,8%) e o título (16,1%). O tipo de documento (4,7%) e a data (1,7%) são menos procurados. Em “outros” (4,7%) regista-se a procura por informação relacionada com a estrutura do repositório, como sejam as comunidades e coleções. A pesquisa por autor confirma, assim, o interesse manifestado na questão anterior em obter informação sobre a produção científica de um determinado docente ou investigador.

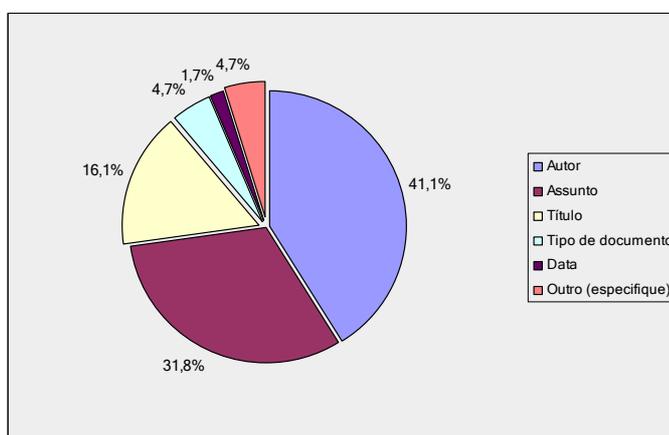


Figura 13 - A pesquisa no Estudo Geral (n=136)

Finalmente, os aspetos associados às definições deste recurso de informação, como sejam: a facilidade de uso; a pesquisa e localização de documentos; a referenciação de documentos; a relevância dos materiais depositados; a apresentação dos resultados; a clareza da terminologia empregue; a visibilidade e utilidade das ajudas; a disponibilidade do texto integral; e a utilidade

das estatísticas gerais e das estatísticas individuais, foram avaliados pelos respondentes e registados na tabela seguinte.

Tabela 8 - Avaliação sobre a utilização do Estudo Geral
[1=Muito mau; 2=Mau; 3=Nem mau, nem bom; 4=Bom; 5=Muito bom]

Aspetos relacionados com a utilização do Estudo Geral	Frequência (N)	Média	Desvio Padrão	1 N (%)	2 N (%)	3 N (%)	4 N (%)	5 N (%)
Facilidade de uso	136	3,62	0,90	3 (2,2)	11 (8,1)	40 (29,4)	63 (46,3)	19 (14,0)
Pesquisa/localização de documentos	136	3,52	0,83	2 (1,5)	10 (7,4)	53 (39,0)	57 (41,9)	14 (10,3)
Referenciação de documentos	136	3,56	0,85	3 (2,2)	6 (4,4)	56 (41,2)	54 (39,7)	17 (12,5)
Relevância dos materiais depositados	136	3,56	0,78	2 (1,5)	8 (5,9)	49 (36,0)	66 (48,5)	11 (8,1)
Apresentação dos resultados	136	3,56	0,79	3 (2,2)	6 (4,4)	50 (36,8)	66 (48,5)	11 (8,1)
Clareza da terminologia empregue	136	3,49	0,79	3 (2,2)	6 (4,4)	58 (42,6)	59 (43,4)	10 (7,4)
Visibilidade e utilidade das ajudas	136	3,40	0,77	3 (2,2)	9 (6,6)	61 (44,9)	57 (41,9)	6 (4,4)
Disponibilidade do texto integral	136	3,63	0,97	4 (2,9)	9 (6,6)	44 (32,4)	55 (40,4)	24 (17,6)
Utilidade das estatísticas gerais	136	3,46	0,79	2 (1,5)	7 (5,1)	66 (48,5)	49 (36,0)	12 (8,8)
Utilidade das estatísticas individuais	136	3,48	0,84	3 (2,2)	8 (5,9)	60 (44,1)	51 (37,5)	14 (10,3)

Relativamente à facilidade de uso e pesquisa, as respostas revelam uma avaliação positiva, concentrando-se no ponto 4 (46,3% e 41,9), com média de 3,62 e 3,52, respetivamente e desvio padrão inferior à unidade. Os resultados sobre a referenciação dos documentos colocam-se, maioritariamente, no ponto intermédio da escala (41,2%) mas com uma inclinação positiva (um total de 39,7% para o ponto 4).

Interrogados sobre a relevância dos materiais depositados, surpreende que 36% das respostas considerem que “*não é mau, nem bom*” e 5,9% o considerem “*mau*”, atendendo a que o material depositado é maioritariamente constituído por teses de doutoramento, artigos em revistas internacionais e nacionais e dissertações de mestrado. Naturalmente que, em futuros acompanhamentos das perceções e atitude dos utilizadores do Estudo Geral, será importante esclarecer se esta reduzida

valorização da relevância se reporta à qualidade, à tipologia ou ao volume dos documentos depositados.

Sobre a apresentação dos resultados e a clareza da terminologia empregue, a avaliação é positiva com 48,5% e 43,4 das respostas na categoria 4, uma média de 3,56% e 3,49%, respetivamente, e desvio padrão inferior à unidade.

A visibilidade e utilidade das ajudas concentram-se no ponto neutro da escala (44,9%) com uma inclinação fortemente positiva. Este resultado revela que um esforço acrescido terá que ser feito na melhoria dos instrumentos de apoio para a utilização do Estudo Geral.

A disponibilidade do texto integral é avaliada como positiva, posicionando-se no ponto 4, com 40,4% das respostas. No entanto, a percentagem de 32,4 no ponto intermédio da escala mostra que, também neste aspeto, há que determinar, exatamente, quais os motivos que estão na base deste resultado.

No estudo de Borges (2006, 238 e 307) um dos fatores que assume maior pertinência na seleção de fontes de informação é a disponibilização imediata do texto integral (73,3% das respostas). No mesmo estudo, quando questionados sobre o modo de disponibilizar as teses de doutoramento, 54% responderam que concordavam com o acesso ao texto integral, e 31% com um período de acesso restrito findo o qual ficariam em acesso aberto; apenas 15% consideravam que o acesso deveria permanecer apenas em acesso restrito. Há, assim que questionar se os resultados agora obtidos se prendem com o (reduzido) volume de documentos em texto integral, se se trata de um fator a que se atribui uma importância relativa ou se há discordância em permitir o acesso aberto a todos os documentos depositados.

Outros resultados, que criam algumas dúvidas, prendem-se com a perceção da utilidade das estatísticas gerais e individuais, classificadas maioritariamente na categoria 3 (com 48,5% e 44,1% para cada uma delas), ponto intermédio da tabela, embora com uma inclinação claramente positiva, expressa pelas médias de 3,46 e 3,48. Ou seja, muitos dos docentes e investigadores talvez ainda não reconheçam, nestes indicadores, informação importante sobre o interesse que o seu trabalho desperta nos outros ou sobre a visibilidade e difusão que pode assumir o depósito dos seus documentos e a possibilidade, acrescida, de ser acedido e citado.

6.5 Questões abertas e comentários finais

As respostas a questões abertas e comentários produzidos pelos inquiridos foram registadas no Anexo B.

Conclusão

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação implicam novas formas de acesso e divulgação da Ciência, uma aceleração do fluxo de comunicação e mudanças expressivas no modo de produzir, consumir e disseminar a informação.

As iniciativas de acesso aberto têm-se multiplicado em todo o mundo, em particular nas universidades, sendo que a adesão a estas iniciativas provocou alterações na publicação, circulação e leitura por parte da comunidade académica, com efeitos positivos para o trabalho produzido pelos investigadores, maior circulação dos trabalhos publicados e, até, novos espaços e formatos de publicação.

O impacto da investigação é um aspeto decisivo a ter presente nas publicações em Acesso Aberto. Os vários estudos realizados, em que se compara o número de citações de artigos em Acesso Aberto *versus* artigos que não estão em Acesso Aberto, confirmam um aumento significativo do número de citações dos primeiros, e o método de autoarquivo num repositório institucional é apontado como sendo aquele que representa maior potencial para fornecer conteúdos em acesso aberto.

Os repositórios institucionais foram concebidos e implementados para fazer a divulgação da produção científica das próprias universidades, contendo uma ampla variedade de trabalhos de investigação e materiais de ensino. A sustentabilidade e desenvolvimento de um repositório institucional baseiam-se, fundamentalmente, na sensibilização da comunidade académica para preservar e difundir a sua produção intelectual através destas plataformas.

Deste modo, conhecer as atitudes e práticas dos autores sobre o autoarquivo dos trabalhos produzidos e a utilização da informação em repositórios institucionais, revela-se como uma questão fundamental para melhor responder aos desafios que passam pelo aumento do número de documentos depositados, pela definição de estratégias de envolvimento dos investigadores e pelo impacto da publicação dos resultados da investigação em acesso aberto, cumprindo requisitos obrigatórios para aceder a financiamentos públicos.

Os repositórios institucionais não são estruturas estáticas e requerem avaliação constante para determinar a sua qualidade e identificar novas direcções que permitam o seu crescimento, e a sua utilização pode ser variada, tanto quanto a tipologia de utilizadores encontrada, o que torna evidente a importância dos autores nos repositórios digitais, e reconhecidas as suas necessidades e expectativas em relação ao repositório da instituição a que se encontram ligados.

O propósito deste trabalho foi o de contribuir para o conhecimento mais aprofundado dos autores, depositantes e utilizadores do Estudo Geral, o repositório da Universidade de Coimbra, procurando demonstrar a importância que lhes é conferida enquanto intervenientes no processo de desenvolvimento e consolidação do Estudo Geral.

Ao mesmo tempo, foi desenvolvida uma ferramenta de apoio à gestão do repositório que permite acompanhar a evolução da relação que a comunidade científica da Universidade de Coimbra mantém com este instrumento de comunicação e informação e com as suas políticas de acesso à produção científica.

Face aos resultados apurados no inquérito, referentes à percepção das atitudes e práticas manifestadas pelos autores, confirma-se que o *Estudo Geral* ainda não tem a visibilidade e a utilização desejada que se definiu quando da sua criação.

O conjunto de dados analisados permite apresentar algumas propostas que, se espera, contribuam para definir estratégias para um maior envolvimento por parte dos autores e potenciais depositantes do Estudo Geral. Estas passam por uma divulgação acrescida, junto dos docentes e investigadores, das vantagens que decorrem da prática do autodepósito e do importante papel desempenhado pelos repositórios institucionais, sem esquecer de referir o que é o acesso aberto, os seus princípios e evolução.

A divulgação dos dados obtidos neste estudo pode constituir um alerta, junto dos elementos com poder de decisão ou capacidade de persuasão, para a reduzida adesão que o Estudo Geral tem tido, e a comparação com resultados de repositórios de outras universidades nacionais e estrangeiras pode estimular o desenvolvimento de iniciativas de formação e informação, levando à motivação dos membros mais

relutantes da comunidade académica para a importância de um sistema desta natureza.

Reconhecendo a necessidade de aumentar o volume de documentos depositados e o número de autores depositantes do Estudo Geral, há também que convencer os autores que já depositam de forma esporádica a fazê-lo de modo regular.

Para informar os que desconhecem e persuadir os relutantes é fundamental apresentar factos e evidências de que o acesso aberto aumenta o número de *downloads* do texto integral de citações e aumenta o impacto da produção científica dos autores que escolhem este modo de divulgar o seu trabalho. As estatísticas implementadas no Estudo Geral são necessárias neste processo e traduzem informação importante sobre o interesse que o seu trabalho desperta nos outros, sobre a visibilidade e difusão que assume, e a possibilidade acrescida de ser acedido e citado, já que a principal razão para publicar é a de transmitir aos demais investigadores os resultados obtidos, com a intenção de criar impacto no desenvolvimento futuro do conhecimento, numa área científica particular.

Face ao desconhecimento manifestado pelos autores da Universidade de Coimbra, outra das iniciativas que urge desenvolver, com carácter prioritário, é a difusão da “Política de acesso livre da Universidade de Coimbra”, recorrendo a diferentes meios para o fazer com vista a abarcar a comunidade universitária. Aprovada em 2010, esta Política estabelece e assegura os procedimentos necessários à preservação dos conteúdos registados, garante o acesso permanente aos materiais depositados, que pretende inventariar, e dá uma divulgação acrescida à produção científica da Universidade de Coimbra ao disponibilizar o texto integral.

Parece, assim, necessário e urgente, realizar um conjunto de acções que permitam ultrapassar as condições que constituem obstáculo ou prejuízo para a utilização do Estudo Geral por parte dos autores depositantes do repositório digital da Universidade de Coimbra, aperfeiçoando procedimentos e tomando as decisões que permitam ao Estudo Geral cumprir a sua missão e o propósito para o qual foi criado.

Referências bibliográficas

Armbruster, C. & Romary, L. (2009). Comparing repository types: challenges and barriers for subject-based repositories, research repositories, national repository systems and institutional repositories in serving scholarly communication. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1506905>. [Consult. 1 Set. 2012].

Baptista, A. A., Costa, S. M., Kuramoto, H., Rodrigues, E. (2007). Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do Acesso Livre. *Encontros Bibli. N.º Especial*. [Consult. 1 Set. 2012]. Recuperado em http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibesp/esp_06/bibesp_esp_06_baptista_esp_20071.pdf.

Barnes, T., Moyle, M., Brown, J., Sadler, K. (2012). *Electronic doctoral theses in the UK. A sector-wide survey into policies, practice and barriers to Open Access*. Staffordshire: UK Council for Graduate Education; Joint Informations Systems Committee.

Berners-Lee, T. (2000). *Weaving the Web*. New York: HarperCollins.

Bin, T. (2012, Janeiro 19). Cracking Open the Scientific Process. *The New York Times Science*. Recuperado em <http://www.nytimes.com/2012/01/17/science/open-science-challenges-journal-tradition-with-web-collaboration.html?pagewanted=all>. [Consult. 21 Mar. 2012].

Björk, B.-C (2012). *The hybrid model for Open Access publication of scholarly articles: a failed experiment?* Helsinki: Hanken School of Economics. Recuperado em <https://helda.helsinki.fi/handle/10138/23717>. [Consult. 7 Abr. 2012].

Björk, B.-C., Welling, P., Laakso, M., Majlender, P., Hedlund, T. & Guðnason, G. (2010) Open Access to the scientific journal literature: situation 2009. *PLoS ONE*. 5 (6) e11273. doi:10.1371/journal.pone.0011273. [Consult. 1 Set 2012].

Blogs about: Eric Reed Boucher. World Press. Disponível na WWW: <http://en.wordpress.com/tag/eric-reed-boucher>. [Consult. 22 Mar. 2012].

Borges, M. M. (2006). *A esfera: comunicação acadêmica e nova media*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Borges, M. M. (2009). Dos sistemas isolados aos partilhados: o repositório institucional da Universidade de Coimbra. In Borges, M. M. & Sanz Casado, E. (coord.). *A ciência da informação criadora do conhecimento: actas do IV Encontro Ibérico EDIBCIC* (pp. 157-166). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Borges, M. M. & Lopes, A. T. (2009). Comunicação formal da ciência: a sustentabilidade da revista científica. In Borges, M. M. & Sanz Casado, E. (coord.). *A ciência da informação criadora do conhecimento: actas do IV Encontro Ibérico EDIBCIC* (pp 465-467). Coimbra: Imprensa da Universidade.

Budapeste Open Access Initiative (2002). Recuperada em <http://www.soros.org/open-access/read>. [Consult. 20 Maio 2012]

Bulger, M. E., Meyer, E. T., De la Flor, G., Terras, M., Wyatt, S., Jirotko, ... Madsen, C. M. (2011). *Reinventing research? Information practices in the humanities. A research information network report*. London: Research Information Network.

Byford, S., Carter, I., Cockerill, M., Friend, F., Hale, C., Jubb, M.,... Thorn, S. (2009). *Paying for open Access publication charges. Guidance for higher education and research institutions, publishers and authors. A report by Universities UK and the Research Information Network*. London: Research Information Network. Recuperado em <http://rinarchive.jisc-collections.ac.uk/our-work/research-funding-policy-and-guidance/paying-open-access-publication-charges>. [Consult. 16 Maio 2012].

Carr, L., Brody, T. & Swan, A. (2008). *Repository statistics: what do we want to know?* Southampton, UK: Third International Conference on Open Repositories. Recuperado em <http://pubs.or08.ecs.soton.ac.uk/30/>. [Consult. 16 Mar 2012].

Chan, L. (2004). Supporting and enhancing scholarship in the digital age: the role of Open Access institutional repositories. *Canadian Journal of Communication*. 29 (3) 277-300. Recuperado em <http://cjc-online.ca/index.php/journal/article/view/Article/1455/1579>. [Consult. 26 Mar. 2012].

Chartier, R. (2007). Os livros resistirão às tecnologias digitais. In ZAHAR, C. (dir.) *Na Escola de Hoje*. Recuperado em <http://revistaescola.abril.com.br/lín-gua-portuguesa/fundamentos/roger-chartier-livros-resistira-o-tecnologias-digitais-6610077.shtml>. [Consult. 21 Fev. 2012]

Collins, E. & Jubb, M. (2012). How do researchers in the Humanities use information resources? *Liber Quarterly*. 21 (2) 176-187. Recuperado em <http://liber.library.uu.nl/index.php/lq/issue/view/470>. [Consult. 10 Fev. 2012].

Craig, I. D., Plume, A. M., Mcveigh, M. E., Pringle, J. & Amin, M. (2007). Do open access articles have greater citation impact? A critical review of the literature. *Journal of Informetrics*. 1 (3) 239-248. Recuperado em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1751157707000466>.

Crow, R. (2002). *The case for Institutional Repositories: a SPARC position paper*. Washington DC: SPARC. Recuperado em http://www.arl.org/sparc/bm~doc/ir_final_release_102.pdf. [Cons. 12, Maio, 2012].

European Commission (2008). *Open Access: opportunities and challenges. A handbook*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

Ferreira, M., Baptista, A. A., Rodrigues, E. & Saraiva, R. (2008). Carrots and sticks: some ideas on how to create a successful institutional repository. *D-Lib Magazine*. 14 (1/2). doi:10.1045/january2008-ferreira.

Gomes, M. J. & Rosa, F. (2010). *Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento*. Salvador: EDUFBA.

Harnad, S. & McGovern, N. (2009). Institutional repository success is dependent upon mandates: institutional repositories. The great debate. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology*. 35 (4), 27-31.

Harnad, S., Brody, T., Vallieres, F., Carr, L., Hitchcock, S., Gingras, Y., ... Eberhard, R. (2008). The access/impact problem and the Green and Gold Roads to Open Access: an update. *Serials review*, 34 (1) 36-40. Recuperado em <http://eprints.soton.ac.uk/265852/>. [Consult. 15 Maio 2012].

Harnad, S. (2005). The implementation of the Berlin Declaration on Open Access: report on the Berlin 3 Meeting. *D-Lib Magazine*. 11 (3). doi:10.1045/march2005-harnad. [Consult. 1 Set. 2012].

Hitchcock, S. (2004-2007). *The effect of open access and downloads ('hits') on citation impact: a bibliography of studies*. [Consult. 30 Maio 2012]. Recuperado em <http://opcit.eprints.org/oacitation-biblio.html>

The International Federation of Library Associations and Institutions (2011). *IFLA Statement on open access: clarifying IFLA's position and strategy*. Recuperado em <http://www.ifla.org/files/hq/news/documents/ifla-statement-on-open-access.pdf> [Consult. 20 Maio 2012].

Knuth, P. & Zdrahal, Z. (2011). CORE: connecting repositories in the open access domain. Geneve: CERN. Recuperado em http://indico.cern.ch/contributionDisplay.py?contribId_53&sessionId=10&confId=103325. [Consult. 25 Fev. 2012].

Lynch, C. A. (2003). Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. *ARL Bimonthly Report*, 226. Recuperado em http://scholarship.utm.edu/21/1/Lynch_IRs.pdf. [Cons. 11 Maio, 2012].

Maness, J., Miaskiewicz, T., & Sumner, T. (2008). Using personas to understand the needs and goals of institutional repository users. *D-Lib Magazine*. 14 (9/10). doi:10.1045/september2008-maness.

Mckay, D. (2007). Institutional repositories and their "other" users: usability beyond authors. *Ariadne*. 52. Recuperado em <http://www.ariadne.ac.uk/issue52/mckay>.

Miguéis, A., Neves, B., Silva, A. L.; Trindade, A., & Fiolhais, C. (2010). *Desenvolvimento e gestão do Estudo Geral: repositório da produção científica da Universidade de Coimbra*. Braga: [s.n]. Recuperado em <http://hdl.handle.net/10316/14216>.

Moreira, J. M., Saraiva, R., Carvalho, J., & Rodrigues, E. (2010). Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal: uma ferramenta ao serviço da ciência portuguesa. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Guimarães: APBAD. Recuperado em <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/478>. [Consult. 12 Abril 2012].

Neves, B., & Borges, M. M. (2009). O papel dos autores nos repositórios institucionais. In Borges, M. M. & Sanz Casado, E. (coord.) *A ciência da informação criadora do conhecimento: actas do IV Encontro Ibérico EDIBCIC*. (pp. 387-389) Coimbra: Imprensa da Universidade.

Ramirez, M. L., Dalton, J. T., McMillan, G., Read, M., & Seamans, N. H. (2012). Do Open Access electronic theses and dissertations diminish publishing opportunities in the Social Sciences and Humanities? *College & Research Libraries*. Recuperado em <http://crl.acrl.org/content/early/2012/04/05/crl-356.short> [Consult 20. Abril. 2012].

Research Information Network & National Endowment for Science Technology and the Arts (2010). *Open to All? Case studies of openness in research. A joint RIN/NESTA report*. London: RIN; NESTA.

Rodrigues, E. (2004). Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação na ciência e os profissionais de informação. *Cadernos BAD*. 1, 24-35.

Romary, L., & Armbruster, C. (2009). *Beyond institutional repositories*. Recuperado em <http://ssrn.com/abstract=1425692>. [Consult. 30 Abr. 2012].

Sale, A.H.J. (2006). A researcher's viewpoint. In: *Open Access: key strategic, technical and economic aspects* (pp. 87-100). Oxford: Chandos Publishing. Recuperado em <http://eprints.utas.edu.au/257/1/Chapter.pdf>. [Consult. 16 Mar. 2012].

Sietmann, R. (2008). Introduction: quo vadis, knowledge society? In European Commission. *Open Access: opportunities and challenges. A handbook* (pp. 12-17). Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

Suber, P. (2012). *Open Access* (pp.1-27). Cambridge, MA: MIT Press. Disponível na WWW, em: http://mitpress.mit.edu/books/chapters/0262517639_chap1.pdf. [Consult. 1 Set. 2012].

Suber, P. (2004, rev. 2012). Open Access overview: focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprint. Recuperado em <http://www.earlham.edu/~peters/fos/brief.htm>. [Cons. 21 Mar. 2012].

Swan, A. (2007). Open Access and the progress of science. *American Scientist*. 95 (3) 198-200. Recuperado em: <http://www.americanscientist.org/issues/pub/open-access-and-the-progress-of-science>. [Consult. 1 Set. 2012].

Swan, A. (2006). The culture of Open Access: researcher's views and responses. In Jacobs, N. (ed.) *Open Access: key strategic, technical and economic aspects*. Cambridge: Chandos. Recuperado em: <http://eprints.soton.ac.uk/262428/1/asj7.pdf>.

Swan, A., & Brown, S. N. (2005). *Open access self-archiving: an author study*. London: JISC. Recuperado em <http://cogprints.org/4385/>. [Consult. 15 Julho 2011].

Universidade de Coimbra. (2010). *UC em números: Outubro 2010*. Coimbra : Divisão de Planeamento, Gestão e Desenvolvimento ; Divisão de Imagem, Identidade e Comunicação. Recuperado em : http://www.uc.pt/sobrenos/dados/uc_numeros2010.pdf.

Vee, A. (2012) - Open Access initiatives. In The CCCC-IP Annual: Top Intellectual Property Developments of 2011. Illinois: National Council of Teachers of English. Recuperado em <http://culturecat.net/files/2011CCCCipAnnual.pdf#page=11>. [Consul. 3 Abr. 2012].

Meier zu Verl, C., & Horstmann, W. (2011). Introduction. In Meier zu Verl C., & Horstmann W. (Eds.), *Studies on Subject-Specific Requirements for Open Access Infrastructure* (pp. 5 - 18). Bielefeld: Universitätsbibliothek.

Viana, C. L. M., Márdero Arellano, M. A., & Shintaku, M. (2005). Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace. Brasília: IBICT. Recuperado em <http://dspace.ibict.br/dmdocuments/viana358.pdf>. [Consult. 2 Maio 2012].

Zuccala, A., Oppenheim, C., & Dhiensa, R. (2008). Managing and evaluating digital repositories. *Information Research*. 13 (1) 333. Recuperado em <http://InformationR.net/ir/13-1/paper333.html>. [Consul. 15 Julho 2011].

Siglas e abreviaturas

b-on – Biblioteca do Conhecimento Online
BOAI – Budapest Open Access Initiative
CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
EG – Estudo Geral, repositório digital da Universidade de Coimbra
FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
IIIUC – Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra
ISI – Institute of Scientific Information
MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MIT - Massachuset Institute of Technology
OA – Open Access
OAI – Open Archive Initiative
OAI-PMH - Open Archive Initiative Metadata Harvesting Protocol
Open Source – programas de acesso aberto
OpenAire - Open Access Infrastructure for Research in Europe
OpenDOAR - The Directory of Open Access Repositories
OSI – Open Source Initiative
PLoS – Public Library of Science
PPC – Pay-per-view (pagar para ver)
RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
RI – Repositórios institucionais
ROAR – Registry of Open Access Repositories Mandatory Policies
SARI – Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SIBUC – Serviço Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra
SPARC - Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition
TIC – Tecnologias de informação e comunicação
UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP
UC – Universidade de Coimbra
UO – Unidade orgânica

Índice de figuras

Figura 1 - Estrutura do questionário: 1ª parte: depósito de documentos no Estudo Geral	43
Figura 2 - Estrutura do questionário: 2ª parte: acesso e utilização da informação no Estudo Geral	43
Figura 3 - Estrutura do questionário: 3ª parte: caracterização dos inquiridos	44
Figura 5 - Idade (n=130).....	47
Figura 4 -Sexo (n=134)	47
Figura 6 - Formação académica (n=140)	48
Figura 7 - Categoria na carreira docente ou de investigação (n=134)	49
Figura 8 - Tipologia documental dos depósitos no EG (n=147)	54
Figura 9 - Formas de contacto com o Estudo Geral (n=136)	59
Figura 10 - Ponto de acesso habitual ao Estudo Geral (n=136).....	59
Figura 11 - Frequência de acesso ao Estudo Geral (n=136).....	60
Figura 12 - Motivos de utilização do Estudo Geral (n=136).....	61
Figura 13 - A pesquisa no Estudo Geral (n=136)	61

Índice de tabelas

Tabela 1 - Estatísticas do questionário	46
Tabela 2 - Distribuição por domínio e área científica (N= 124)	49
Tabela 3 - Distribuição por Unidade Orgânica e Departamento (N= 136)	51
Tabela 4 - Distribuição por unidade de investigação (N= 123).....	52
Tabela 5 - Avaliação sobre os aspetos associados à Política de Acesso Livre da UC	55
Tabela 6 - Avaliação sobre os aspetos associados ao depósito de documentos no Estudo Geral	56
Tabela 7 - Avaliação sobre os efeitos associados ao depósito de documentos no Estudo Geral	58
Tabela 8 - Avaliação sobre a utilização do Estudo Geral	62

ANEXOS

ANEXO A – Inquérito aos autores depositantes do Estudo Geral

Inquérito aos autores/depositantes do Estudo Geral

Exma. Sr.^a /Exmo. Sr. Docente / Investigador^(a) da Universidade de Coimbra

O “Estudo Geral”, o repositório institucional da Universidade de Coimbra, está prestes a cumprir quatro anos e tem vindo progressivamente a afirmar-se como o espelho da investigação produzida na Universidade. Queremos, contudo, conhecer, para poder orientar e apoiar, os autores/depositantes e, a partir daí, introduzir melhorias no serviço que oferecemos.

Se é um autor/depositante, pedimos-lhe que proceda ao preenchimento do inquérito. São apenas 10 questões cuja resposta é fundamental para que possamos cumprir os nossos objetivos. A data limite para a submissão das respostas é o próximo dia 31 de Maio.

Asseguramos a confidencialidade da resposta e manifestamos inteira disponibilidade para responder a todas as questões que queira colocar. Se tiver interesse, podemos igualmente enviar-lhe uma cópia dos resultados. Basta fazer esse pedido para o endereço de email em rodapé.

Este trabalho insere-se no âmbito do Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, da Faculdade de Letras, sob a orientação da Prof. Doutora Maria Manuel Borges.
Sem a S/ cooperação não é possível prosseguir na melhoria deste serviço, pelo que agradeço antecipadamente a S/ colaboração.

As minhas mais cordiais saudações,

Ana Maria Eva Miguéis
evamigueis@sib.uc.pt

Inquérito aos autores/depositantes do Estudo Geral

1. Depósito de documentos no Estudo Geral, repositório cientí...

1.1 Que tipo de documentos seus se encontram depositados no Estudo Geral?

Assinale todas as opções aplicáveis

- Artigos ou resumos em Livros de Atas
- Artigos em Revistas Internacionais
- Artigos em Revistas Nacionais
- Livros e Capítulos de Livros
- Publicações Pedagógicas
- Relatórios Técnicos
- Teses de Doutoramento
- Teses de Mestrado
- Outro (especifique)

1.2 Como avalia os seguintes aspetos associados à Política de Acesso Livre da UC?

1=Muito mau; 2=Mau; 3=Nem mau, nem bom; 4=Bom; 5=Muito bom

	1	2	3	4	5
1.2.1 A divulgação /conhecimento que tem da "Política de Livre Acesso da UC"	<input type="radio"/>				
1.2.2 A aplicação da "Política de Livre Acesso da UC"	<input type="radio"/>				
1.2.3 A concessão sem exclusividade à UC do direito de arquivar e divulgar a sua produção científica	<input type="radio"/>				

1.3 Como avalia os seguintes aspetos associados ao depósito de documentos no Estudo Geral?

1=Muito mau; 2=Mau; 3=Nem mau, nem bom; 4=Bom; 5=Muito bom

	1	2	3	4	5
1.3.1 A compreensão dos dados a preencher durante o autodepósito	<input type="radio"/>				
1.3.2 A simplicidade e facilidade de uso dos procedimentos de autodepósito	<input type="radio"/>				
1.3.3 A duração do processo de autodepósito	<input type="radio"/>				
1.3.4 As ajudas/Informação de apoio ao autodepósito de documentos	<input type="radio"/>				

Inquérito aos autores/depositantes do Estudo Geral

1.4 Como avalia os efeitos associados ao depósito dos seus documentos no Estudo Geral?

1=Muito mau; 2=Mau; 3=Nem mau, nem bom; 4=Bom; 5=Muito bom

	1	2	3	4	5
1.4.1 O aumento da frequência de depósito	<input type="radio"/>				
1.4.2 A divulgação acrescida da sua produção científica	<input type="radio"/>				
1.4.3 A facilidade de acesso à sua produção científica	<input type="radio"/>				
1.4.4 O aumento da visibilidade da sua produção científica	<input type="radio"/>				
1.4.5 O impacto no número de citações da sua produção científica	<input type="radio"/>				
1.4.6 O impacto em futuras publicações	<input type="radio"/>				
1.4.7 O aumento do risco de utilização de conteúdos sujeitos a copyright	<input type="radio"/>				
1.4.8 O aumento do risco de plágio	<input type="radio"/>				
1.4.9 O aumento do risco de utilização de conteúdos sensíveis (políticos, comerciais, de dados pessoais)	<input type="radio"/>				

2. Acesso e utilização da informação no Estudo Geral

2.1 Como tomou conhecimento da existência do Estudo Geral?

Assinale todas as opções aplicáveis

- Através de um colega ou amigo
- Através de um motor de pesquisa
- Através do portal do RCAAP (Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal)
- Através de uma sessão de apresentação/workshop/conferência
- Através de publicidade/folheto de informação
- Através de uma citação ou referência bibliográfica

Outro (especifique)

2.2 Qual é o seu ponto de acesso habitual para o Estudo Geral?

Assinale todas as opções aplicáveis

- Marcado como favorito no seu Web browser
- Colocando o URL para aceder diretamente ao site
- Integrado na sua página pessoal com link para recurso de informação
- Acedendo através da página institucional/biblioteca/departamento
- Pesquisando por nome e usando um motor de pesquisa

Outro (especifique)

2.3 Com que frequência utiliza o Estudo Geral?

- Pelo menos uma vez por semana (frequentemente)
- Duas a três vezes por mês (regularmente)
- Três a quatro vezes por ano (apenas quando é estritamente necessário)
- Uma vez por ano (raramente)
- Outro (especifique)

Inqu#233;rito aos autores/depositantes do Estudo Geral

2.4 Com que prop#243sito utiliza o Estudo Geral?

Assinale todas as op#231#245es aplic#225veis

- Para apoio #224 realiza#231#243o de trabalhos acad#224micos
- Para apoio #224 escrita de artigos e trabalhos de investiga#231#243o
- Para recuperar e usar imagens, mapas, diagramas ou outra ajuda visual
- Para recuperar materiais a aplicar no ensino
- Para dar a conhecer aos alunos
- Para conhecer a produ#231#243o cient#233fica de um docente/investigador

Outro (especifique)

2.5 Pesquisa habitualmente por:

Assinale todas as op#231#245es aplic#225veis

- Autor
- Assunto
- T#233tulo
- Tipo de documento
- Data
- Outro (especifique)

2.6 Como classifica a utiliza#231#243o do Estudo Geral relativamente a cada um dos seguintes aspetos?

1=Muito mau; 2=Mau; 3=Nem mau, nem bom; 4=Bom; 5=Muito bom

	1	2	3	4	5
2.6.1 Facilidade de uso	<input type="radio"/>				
2.6.2 Pesquisa/localiza#231#243o de documentos	<input type="radio"/>				
2.6.3 Referencia#231#243o de documentos	<input type="radio"/>				
2.6.4 Relev#225ncia dos materiais depositados	<input type="radio"/>				
2.6.5 Apresenta#231#243o dos resultados	<input type="radio"/>				
2.6.6 Clareza da terminologia empregue	<input type="radio"/>				
2.6.7 Visibilidade e utilidade das ajudas	<input type="radio"/>				
2.6.8 Disponibilidade do texto integral	<input type="radio"/>				
2.6.9 Utilidade das estat#233sticas gerais	<input type="radio"/>				
2.6.10 Utilidade das estat#233sticas individuais	<input type="radio"/>				

3. Dados pessoais

3.1 Sexo

Feminino

Masculino

3.2 Idade

3.3 Formação académica

Por favor, assinale o nível mais elevado

Outra (especifique)

3.4 Categoria na carreira docente ou de investigação

Outra (especifique)

3.5 Área de investigação em que desenvolve a sua atividade na Universidade de Coimbra

Selecione a partir das áreas definidas com base nas categorias da FCT

Outra (especifique)

3.6 Unidade Orgânica / Departamento a que pertence

Selecione, por favor, no caso de estar integrado em alguma unidade orgânica ou departamento

Outra (especifique)

3.7 Unidade de Investigação a que pertence

Selecione, por favor, no caso de estar integrado em alguma unidade de investigação

Outra (especifique)

4. Comentários / Sugestões

Agradecemos qualquer comentário ou sugestão que nos queira fazer chegar para melhorar o Estudo Geral

ANEXO B - Resultados: Questões abertas

ANEXO B - Resultados: Questões abertas

1.1 Que tipo de documentos seus se encontram depositados no Estudo Geral?

Outro (especifique)

- 1 Working papers
- 2 Working papers
- 3 Desconheço quais
- 4 Documentos HTML de Provas de Agregação
- 5 Nenhum
- 6 Produção no Âmbito de Seminários de Mestrado
- 7 Não sei
- 8 O que é Estudo Geral?
- 9 CV[Curriculo Vitae]
- 10 Programa disciplina/Lição de provas
- 11 Resumo de tese de doutoramento
- 12 Comunicações
- 13 Comunicações
- 14 Traduções anotadas
- 15 Relatório e Lição das Provas de Agregação
- 16 Resumos de comunicações orais / poster

2.1 Como tomou conhecimento da existência do Estudo Geral?

Outro (especifique)

- 1 No acto de entrega da dissertação de doutoramento
- 2 Bibliotecária
- 3 Esta é que é a resposta correcta: através dos emails frequentes
- 4 Não tenho conhecimento
- 5 Defesa de tese
- 6 Através de pesquisa na internet
- 7 Tese de Mestrado
- 8 email do EG
- 9 Apresentação de provas académicas de agregação
- 10 III [Instituto de Investigação Interdisciplinar da UC]
- 11 Através da biblioteca
- 12 Divulgação através de e-mail da BCSUC
- 13 Notícia da criação do Estudo Geral e divulgação dos primeiros registos (com muitas imperfeições e incorrecções; por exº.: artigos classificados como teses; teses sem indicação do orientador; artigos mal referidos e/ou simplesmente omitidos; etc.)
- 14 Mail
- 15 Bibliotecária do Departamento
- 16 Email institucional
- 17 Como estudante

2.2 Qual é o seu ponto de acesso habitual para o Estudo Geral?

Outro (especifique)

- 1 Não costumo usar
- 2 Não utilizo
- 3 Não tenho
- 4 Não utilizo o Estudo Geral

2.3 Com que frequência utiliza o Estudo Geral?

Outro (especifique)

- 1 Nunca
- 2 Não costumo usar
- 3 Não utilizo
- 4 Nunca
- 5 Mensalmente

2.4 Com que propósito utiliza o Estudo Geral? Assinale todas as opções aplicáveis

Outro (especifique)

- 1 Nenhum
- 2 Não costumo usar
- 3 Para depositar publicações
- 4 Não utilizo
- 5 Para divulgar a minha produção científica
- 6 Não utilizo
- 7 Para repositório
- 8 Contribuir para a correcção dos registos no Estudo Geral
- 9 Não uso
- 10 Não pesquiso
- 11 Para introduzir a minha produção.

2.5 Pesquisa habitualmente por:

Outro (especifique)

- 1 Não tenho utilizado este recurso
- 2 Comunidades e colecções
- 3 Idem
- 4 Não uso habitualmente
- 5 Não Utilizo
- 6 Não utilizo
- 7 Não uso
- 8 Coleções
- 9 Não pesquiso
- 10 Tipo de comunidade
- 11 Por Departamento ou centro de investigação

3.3 Formação académica

Por favor, assinale o nível mais elevado

Outra (especifique)

- 1 Agregação
- 2 Agregação
- 3 Agregação
- 4 Agregação
- 5 Agregação
- 6 Agregação

3.4 Categoria na carreira docente ou de investigação

Outra (especifique)

- 1 Convidado
- 2 Professor Associado
- 3 Doutoranda

- 4 Bolseira doutoramento
- 5 Investigador
- 6 Posdoc
- 7 Investigador júnior
- 8 Professor do 3ºciclo do Ensino Básico e Secundário e investigador colaborador do CEIS20
- 9 Bolseiro de Pós Doutoramento
- 10 Bolseiro
- 11 Docente contratado
- 12 Jubilado
- 13 Professor Associado

3.5 Área de investigação em que desenvolve a sua atividade na Universidade de Coimbra

Selecione a partir das áreas definidas com base nas categorias da FCT

- 1 Ciências da Informação Arquivística e Biblioteconómica
- 2 Relações Internacionais
- 3 Educação Física e Desporto
- 4 Ciências do Desporto
- 5 Ciências do Desporto
- 6 Ciências do Risco
- 7 Música
- 8 Ciências do Desporto
- 9 Ciências do Desporto
- 10 Ciências da Informação
- 11 Ciências Exactas - Química (Também Física)
- 12 Medicina
- 13 Ciência da Informação
- 14 Ciência da Informação

3.6 Unidade Orgânica / Departamento a que pertence

Selecione, por favor, no caso de estar integrado em alguma unidade orgânica ou departamento

Outra (especifique)

- 1 III [Instituto de Investigação Interdisciplinar]
- 2 CNC
- 3 Centro de Estudos Sociais
- 4 Não pertença a nenhuma
- 5 Centro de Estudos Sociais
- 6 CEIS20
- 7 UTAD
- 8 CNC
- 9 SIBUC

3.7 Unidade de Investigação a que pertence

Selecione, por favor, no caso de estar integrado em alguma unidade de investigação

- 1 CIMAGO
- 2 CIDAF
- 3 CFE Centro de Ecologia Funcional
- 4 Centro de Ecologia Funcional
- 5 Centro de Química e CEMDRX
- 6 CINEICC – FPCE - UC

- 7 ISISE
- 8 CIMAGO

4. Comentários / Sugestões

Agradecemos qualquer comentário ou sugestão que nos queira fazer chegar para melhorar o Estudo Geral

- 1 Nota explicativa: as respostas "nem bom / nem mau" devem-se ser aqui interpretadas como "não sabe responder".
- 2 Ao tentar remover e reintroduzir o ficheiro que queria depositar, não percebi como isto se fazia. Tive de tentar várias vezes. Se fosse possível inserir uma opção "Remover" ficheiro, penso que ajudaria.
- 3 Actualizar as áreas científicas
- 4 Maior divulgação e mostrar da mais valia do Estudo Geral. Extensão a todo o Portugal.
- 5 A ligação entre o Estudo Geral e outros sítios de depósito de bibliografia (ex: Academia.edu) nem sempre funciona bem. Por exemplo no meu site da Academia.edu não consigo aceder aos textos depositados no Estudo Geral...
- 6 Acesso integral a documentos; Maior divulgação científica; Acesso livre a documentos científicos
- 7 Confesso que não concordo com o acesso integral em PDF aos trabalhos realizados (teses). Compreendo que pode eventualmente facilitar a consulta a mim e a outros estudantes e investigadores. Porém, se a obra estiver ali na sua totalidade quem é que vai comprar as mesmas quando estiverem à venda?
- 8 -
- 9 Os investigadores/docentes estão sobrecarregados com pedidos da mais diversa ordem. No caso das ciências da saúde o Estudo Geral devia, na minha opinião, fazer o upload das publicações disponíveis em livre acesso sem depender nem sobrecarregar os seus autores.
- 10 Tive dificuldade em perceber o que se pretendia com a questão 1.2; Estando os textos completos disponíveis não há violação dos direitos das revistas (pois assinamos copyrights)? Quando o próprio faz um depósito, a organização do estudo geral verifica se a revista pratica política de copyrights?
Na página da UC, deveria existir um link direto e bem visível para o Estudo Geral.
- 11 Como agrupar as publicações de um mesmo autor que pode ser designado de formas diferentes (por ex. Maria A. Santos e Santos, A.M.)?)
- 12 Colocar um link facilmente detetável na página geral da UC.
- 13 Fazer a revisão completa dos primeiros registos com o objectivo de os corrigir
- 14 É um sistema muito complexo para preenchimento. Seria conveniente que estivesse desenhado como um CV normalizado pela lei da UC para que cada investigador pudesse actualizar no início de cada ano. Seria o trabalho efetuado necessário para a avaliação.
- 15 Acho que os formulários de depósito devem ser muito mais ricos em termos de informação de ajuda ao depositante.
- 16 Maior facilidade no depósito de documentação e na pesquisa
- 17 Depois de depositado um ficheiro, deve ser possível ao depositante substituí-lo (quando isso for necessário por questões de copyright ou de correção do conteúdo) por outro sem necessidade de recorrer à intermediação dos serviços.
- 18 O depósito dos documentos é do mais difícil e inflexível que eu já vi! Por favor melhorem a flexibilidade de introdução dos dados com campos.
- 19 Um agradecimento à forma sempre cordata e mui disponível com que sou atendido pelos técnicos encarregados do SIBUC. Mais frequente actualização das estatísticas seria de interesse. Por outro lado, o estabelecimento de protocolos de modo que os dados aqui depositados pudessem automaticamente ser convertidos e integrados na Plataforma DeGóis seria... oiro sobre azul! Ou mesmo na Academia.edu
- 20 A ligação entre o "Estudo Geral" e o "De Góis" devia ser melhorada.